



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* GESTÃO EM ARQUIVOS**

# **FOTOGRAFIA: UMA PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Fernanda Souza da Silva**

**Cachoeira do Sul, RS, Brasil  
2013**

# **FOTOGRAFIA: UMA PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA**

por  
**Fernanda Souza da Silva**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização  
*Lato-Sensu* Gestão em Arquivos, da Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista Gestão em Arquivos**

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Blaya Perez**

**Cachoeira do Sul, RS, Brasil  
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos**

**FOTOGRAFIA: UMA PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA**

elaborada por  
**Fernanda Souza da Silva**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Especialista em Gestão em Arquivo

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Carlos Blaya Perez, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

**Luiz Patric Kayser, Ms (UFSM)**

**Sônia Elisabete Constante, Ms. (UFSM)**

**Cachoeira do Sul, 30 de novembro de 2013.**

## **Agradecimentos**

À minha mãe, por nunca me deixar desistir e sempre me dar força para seguir em frente. Por todo o seu sacrifício, espero que este trabalho seja digno dos seus esforços. Ao meu pai, foi um ano difícil, mas que Deus providenciou a vitória.

À minha irmã, por estar sempre ao meu lado, e especialmente por me dar dois lindos sobrinhos, Daniel e Guilherme.

Ao meu esposo, eterno namorado e amigo, pela compreensão, apoio e respeito em todos os momentos. A família Oliveira, pelo carinho, apoio e por terem me acolhido tão bem.

Ao meu grande e saudoso amigo, José Eduardo (In Memoriam), pelas suas palavras certas na hora certa.

Aos meus familiares, amigos da minha terrinha (Cabo Frio) querida, que souberam compreender minha ausência e minha falta de tempo. Aos colegas de trabalho e de profissão pelas experiências compartilhadas, pelo conhecimento adquirido e pelo apoio fundamental. De maneira especial à Fernanda Martins, pelo apoio e amizade; Adriana Camelo, Joice Coelho, Elaine Maciel responsável por boa parte das minhas melhores risadas; e finalmente à Luana Sousa minha amiga e companheira nessa jornada, enfim a todos os colegas da Pós que contribuíram com o meu aprendizado.

Ao professor Dr. Carlos Blaya, que aceitou me orientar neste trabalho. Pela análise criteriosa, atenção, dedicação e paciência em responder prontamente às minhas dúvidas nesses últimos meses, pela compreensão nos contratempos, por acreditar em mim e por me oferecer o que há de mais caro: seu tempo. Meu muito obrigada!

A todo o corpo docente e monitores da Pós Graduação em Gestão em Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria.

Ao povo brasileiro que através de seus impostos contribuíram para que eu pudesse estudar em uma universidade pública e de excelência, neste país tão desigual.

A todos os que não estão aqui citados por pela memória já um tanto falha, mas que torceram por mim e que, direta ou indiretamente, colaboraram para a confecção deste trabalho.

# **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos  
Universidade Federal de Santa Maria

## **FOTOGRAFIA: UMA PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA**

AUTORA: FERNANDA SOUZA DA SILVA

ORIENTADOR: DR. CARLOS BLAYA PEREZ

Data e Local da Defesa: Cachoeira do Sul/RS, 30 de novembro de 2013.

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo exploratório sobre a construção do estatuto da fotografia enquanto um documento de arquivo. Parte de uma análise histórica de como a fotografia socialmente adquire um valor documental geral e de como vai sendo utilizada para diversas ações práticas e, conseqüentemente, começa a ser uma realidade em arquivos de todos os tipos. Investiga a trajetória da fotografia como objeto teórico metodológico no campo arquivístico, tendo como base o levantamento dos principais escritos sobre o assunto publicados em revistas da área. Apresenta um panorama mais atual dos questionamentos sobre o documento fotográfico numa perspectiva arquivística.

Palavras-chave: Fotografia; documento fotográfico; arquivo.

## **Abstract**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos  
Universidade Federal de Santa Maria

### **FOTOGRAFIA: UMA PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA PHOTOGRAPHY: AN ARCHIVAL PERSPECTIVE**

AUTHOR: FERNANDA SOUZA DA SILVA

ADVISER: DR. CARLOS BLAYA PEREZ

Date and place of the defense: November 30th of 2013 - Cachoeira do Sul/RS.

The aim of this paper is to conduct an exploratory study on the development of the institution of photography as an archival document. It begins with the construction of a historical analysis on how photography has socially acquired a general documentary value, how it is utilized in various other practical actions, becoming consequently, a reality in archives of all types. The study explores the path photography has taken as a theoretical and methodological object in the field of archival activities, based on main writings in specialized publications on the subject. It brings a contemporary view of current issues on photographic documentation, from an archival perspective.

Key-words: Photography; document photography; archive.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Resumo do resultado geral da pesquisa.....	41
Quadro 2 - Total de artigos separados por grupos .....	43

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Divisão por região.....	32
Gráfico 2: Divisão por grupo.....	43

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo A: Lista de todas as Revistas identificadas e pesquisadas .....	79
Anexo B: Lista de todos artigos encontrados nas revistas pesquisadas .....	81

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 Objetivos.....	12
1.1.1 Objetivo Geral .....	12
1.1.2 Objetivos específicos.....	12
1.2 Justificativa.....	12
1.3 Metodologia.....	13
<b>2 O CARÁTER DOCUMENTAL DA FOTOGRAFIA E SEU QUESTIONAMENTO PELA ARQUIVÍSTICA .....</b>	<b>15</b>
2.1 Fotografia e o Valor Documental .....	15
2.2 O documento fotográfico sob a perspectiva da Arquivística.....	19
<b>3 A FOTOGRAFIA NA PRODUÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA .....</b>	<b>29</b>
3.1 Um breve panorama da situação da fotografia nas Revistas Brasileiras .....	29
3.1.1 Apresentação das revistas analisadas .....	32
3.2 A presença de trabalhos sobre fotografias em arquivos nas Revistas do âmbito arquivístico .....	42
3.2.1 Breves comentários acerca dos manuais de tratamento de documentos fotográficos.....	53
<b>4 FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO: UM QUADRO ATUAL DA QUESTÃO.....</b>	<b>58</b>
4.1 Novas abordagens do Documento Fotográfico .....	58
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>79</b>
Anexo A.....	79
Anexo B.....	81

# 1 INTRODUÇÃO

As fotos são, talvez, os mais misteriosos de todos os objetos que compõem e adensam o ambiente que identificamos como moderno. As fotografias são, de fato, a experiência capturada e a câmera é o braço ideal da consciência, em sua disposição aquisitiva. Fotografar é apropriar-se da coisa fotografada. Significa pôr a si mesmo em determinada relação com o mundo, semelhante ao conhecimento – e, portanto, ao poder (SONTAG, 2004, p. 14).

A fotografia é fruto do desenvolvimento e das transformações ocorridas na sociedade dentro do contexto da Revolução Industrial. Foi uma das invenções daquele período que permaneceram, ou melhor, que se aperfeiçoaram no decorrer dos séculos. Aprimoraram-se as técnicas utilizadas na sua produção e em todo o seu processo na mesma proporção em que aumentava a sua utilização.

Desde suas origens, na primeira metade do século XIX, a fotografia passou a ocupar gradativamente diferentes espaços na sociedade, seja no que diz respeito à vida cotidiana, quanto em relação à fins informativos. De qualquer forma, o registro fotográfico faz parte da sociedade contemporânea e possui atualmente um papel preponderante nela. Afinal, a fotografia teve uma atuação importante no campo das ciências, das artes e da cultura, por exemplo. Com o seu advento, pode-se ter conhecimento (visual) de lugares que antes o homem, talvez, nunca fosse ter. Sendo assim, os lugares do mundo tornaram-se ilustráveis e portáteis.

Logo, as fotografias foram ocupando diversos lugares nas diferentes instituições, não apenas como forma de registro de pesquisa ou de informação, mas também como integrantes dos bens culturais e históricos da nossa sociedade. Ou seja, a partir de suas primeiras décadas de existência, a imagem fotográfica já indicava o seu extenso potencial de uso.

É a partir das potencialidades do uso da fotografia que surge a problemática da inserção desse registro como documento de arquivo no campo da arquivística. Em outras palavras, o registro fotográfico desenvolve-se fora do domínio dos arquivos sendo utilizado, portanto, de diversas maneiras pela sociedade. Embora a fotografia esteja presente em diversos arquivos desde o século XIX, não foram inseridas, inicialmente, no âmbito das instituições como um documento típico de arquivo, como ocorreu com os documentos textuais.

O presente trabalho irá debruçar-se exatamente sobre a constituição do estatuto da fotografia enquanto um documento de arquivo. Trata-se, portanto, de um estudo

sobre como esse tema tem sido tratado pela arquivística, ou seja, de como essas imagens, que são produzidas e acumuladas como forma de registro das atividades desenvolvidas pelo órgão e que por isso possuem valor informativo e probatório, tem sido problematizadas pelos que organizam ou refletem sobre elas. De acordo com a Lei federal de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, art. 2º,

Consideram-se arquivos, para fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Ainda nesse contexto, a compreensão de documento, segundo Bellotto (2007, p. 35) é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. E os documentos de arquivo por sua vez, são

(...) os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte. (BELLOTTO, 2007, p. 37)

A partir desses pressupostos, que na sua amplitude abarcam as fotografias como documentos de arquivo, buscamos construir uma revisão de literatura sobre a temática em questão, além de realizarmos um levantamento de produções teóricas nos principais fóruns de discussão e divulgação científica da área arquivística.

Dessa maneira buscamos introduzir um breve histórico visando explicar a evolução dos usos e crenças que permitiram a fotografia ser usada e ter força de evidência como documento nas sociedades, a partir do século XIX. Num segundo momento, abordamos a fotografia como objeto de análise a partir das principais obras arquivísticas, no intuito de verificar a inclusão ou não da fotografia no rol das suas discussões teórico-metodológicas e as formas dessas inclusões.

Apresentamos o panorama da produção teórico/metodológica sobre a fotografia e o documento fotográfico na área arquivística brasileira, Embora se constituindo em região pouco explorada pela arquivística como um todo, com poucos trabalhos disponíveis, notamos que o tema vem sendo objeto de reflexão e vem caminhando no sentido de se construir, de fato, uma forma metodológica mais pertinente para ser aplicada às fotografias que formam arquivos de todos os tipos, sejam os institucionais ou mesmo os pessoais.

## **1.1 Objetivos**

### 1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da presente pesquisa consiste em refletir e investigar a trajetória da fotografia no intuito de identificar e analisar, seus diferentes estatutos e usos, na literatura arquivística, nas principais revistas e manuais buscando dessa forma defender seu caráter de documento de arquivo.

### 1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos para o desenvolvimento da pesquisa são:

- realizar uma revisão teórico-metodológica na bibliográfica do campo arquivístico acerca da fotografia;
- apresentar um panorama da produção científica acerca da fotografia, enquanto documento de arquivo;
- apresentar os resultados obtidos com a pesquisa.

## **1.2 Justificativa**

O profissional responsável (arquivista) pelo tratamento arquivístico dos acervos das instituições públicas e privadas deve buscar oferecer um procedimento de qualidade que respeite as práticas e técnicas preconizadas pela área.

Dessa forma, a presente pesquisa surgiu de um interesse pessoal e profissional, visto que a problemática surgiu através da atuação em organização de acervos pessoais e institucionais. Onde os métodos e práticas aplicadas nos acervos na maioria das vezes desrespeitada os princípios arquivísticos.

Com a consciência da importância deste assunto, visto que a fotografia tornou-se cada vez mais comum nos acervos das instituições, buscamos identificar e analisar a trajetória da fotografia na literatura da área arquivística.

No entanto, diferentemente dos demais tipos de documentação escrita, a fotografia e os demais documentos visuais, não se constituem como objeto de uma vasta produção teórico-metodológica no campo da literatura arquivística e nem na constituição de manuais.

Sendo assim, a grande maioria dos trabalhos existentes acerca desse assunto, são uma tentativa de apresentar regras e métodos de tratamento técnicos, além da conservação e preservação desses registros.

Desse modo, artigos publicados em periódicos, ao lado de manuais da área arquivística, por exemplo, serão analisados no intuito de percebermos as mudanças de discursos em relação ao objeto desse estudo, além da contribuição teórico-metodológica acerca deste assunto.

Uma contribuição importante para esta pesquisa é o estudo de Lopez (2000) que defende em seu trabalho a presença do caráter arquivístico das imagens, a partir, principalmente, da reconstrução do contexto de produção desses documentos. Ressaltando ainda, a tese de Lacerda (2008), que também dentro deste contexto corrobora com a ideia de se tratar o documento fotográfico como um documento de arquivo.

Portanto, esta pesquisa visa colaborar para a ampliação das discussões sobre a fotografia no universo dos arquivos, tendo em vista o reduzido número de trabalhos na área sobre os documentos fotográficos, e sobre a constituição do estatuto da fotografia enquanto um documento de arquivo. Assim como, contribuir para a melhoria no tratamento oferecido as fotografias através de estratégias adequadas na elaboração e desenvolvimento de soluções acerca do tratamento arquivístico em relação aos documentos fotográficos.

### **1.3 Metodologia**

Realizamos um levantamento das principais revistas do campo da arquivologia publicadas por instituições arquivísticas com a finalidade de identificarmos nelas os estudos que apresentam a fotografia como temática. Portanto, utilizamos como objeto de análise as revistas brasileiras na área, sendo publicações de instituições arquivísticas, por se tratarem dos principais canais de difusão do pensamento arquivístico, embora não sejam os únicos canais possíveis.

Logo, o critério justifica-se pelas revistas apresentarem-se como fóruns privilegiados de discussão na área arquivística que, por sua vez, possui poucos veículos representativos da sua produção teórica. Também analisaremos os principais manuais, por serem poucos e terem sido publicados por instituições respeitáveis na área de tratamento e conservação de arquivos e coleções fotográficas.

Ressaltamos que para a realização dessa pesquisa foram consideradas apenas as publicações dos profissionais em revistas nacionais, assim como não avaliamos qualitativamente os trabalhos apresentados.

A referida pesquisa foi realizada durante o ano de 2013 tendo por base a Internet, revistas impressas e CD-ROOM comemorativo. Sendo o recorte da pesquisa os números disponibilizados pelas instituições arquivísticas, independente do seu ano de publicação. Visto que o intuito apresentar um panorama geral do tema e sobre como o mesmo estava sendo tratado nos periódicos da área, apresentando um levantamento mais abrangente possível.

Portanto, foram investigadas através da internet um total de 32 publicações de instituições arquivísticas (lista completa no Anexo I). No entanto, foram selecionadas para este trabalho 12 revistas que apresentaram um maior número de resultados sobre o objeto da pesquisa ou que julgamos ser de importante expressão na área.

Salientamos, no entanto, que algumas dessas revistas não foram analisadas de maneira exaustiva, uma vez que a pesquisa foi realizada, basicamente, através da Internet e aos bancos de dados do Google em revistas representativas em todo o Brasil. Sendo assim, algumas revistas não estavam completas ou disponíveis para consulta nos momentos da pesquisa. Por fim, apresentamos uma pesquisa qualitativa e através dos resultados obtidos inserimos quadros e gráficos com os resumos dos resultados da pesquisa no intuito de facilitar o entendimento.

## 2 O CARÁTER DOCUMENTAL DA FOTOGRAFIA E SEU QUESTIONAMENTO PELA ARQUIVÍSTICA

O valor documental da imagem fotográfica baseia-se em seu dispositivo técnico, mas não é garantido por ele, pois varia em função das condições de recepção da imagem e das crenças que existem a respeito. O registro, o mecanismo, o dispositivo contribuem para resistir à crença, para consolidar a confiança, para sustentar tal valor, mas nunca vão garanti-lo totalmente. (ROUILLÉ, 2009, p. 27-28)

Neste capítulo discutiremos o caráter documental da fotografia, apresentando, numa primeira parte, a trajetória do desenvolvimento de seu estatuto como registro documental na sociedade. Em um segundo momento, buscaremos analisar a sua inserção como documento integrante dos arquivos e, conseqüentemente, o seu questionamento pelo campo arquivístico. Para alcançar nosso objetivo, o capítulo terá como base a leitura de trabalhos das áreas de história da fotografia e de teoria fotográfica, além de obras do campo da arquivologia.

### 2.1 Fotografia e o Valor Documental

(...), na verdade, a fotografia nunca esteve totalmente dissociada de seu aspecto “expressão”. Dependendo da época, das circunstâncias, usos, setores ou dos profissionais envolvidos, era um ou outro aspecto que prevalecia, pois a fotografia não é, por natureza, um documento. O documento não conseguiria formar, da fotografia, qualquer essência ou noema. Mesmo não sendo em sua natureza um documento, cada imagem fotográfica contém, no entanto, um valor documental que, longe de ser fixo ou absoluto, deve ser apreciado por sua variabilidade no âmbito de um regime de verdade – o regime documental. (ROUILLÉ, 2009, p. 27).

A invenção da fotografia, em meados do século XIX, está inserida no processo de transformação econômica, social e cultural que atingiu a Europa, e o resto dos países: a Revolução Industrial. A sua inserção social propiciou, entre outras coisas, a troca de informações entre pessoas de diferentes países, que a partir de então puderam conhecer, por intermédio de registros visuais diferentes dos desenhos e pinturas, “realidades” que não lhes eram comuns.

Além desse uso mais privado das imagens, as instituições do período também começam a utilizar a fotografia como forma de registro de suas atividades, como por exemplo, as imagens produzidas pela Comissão de Monumentos Históricos da França, uma das primeiras instituições a acolher fotografias como instrumentos de produção de um inventário visual sobre o patrimônio arquitetônico no país. (MONDENARD, 1994, p.14).

Voltando ao domínio privado, é interessante perceber, que será o retrato o registro mais freqüente dentro do trabalho fotográfico. Tal fato justifica-se, principalmente, pelo seu potencial comercial. De acordo com artigo de Corbin, que será a fotografia “que permitirá a democratização do retrato” no século XIX, e que

[...] pela primeira vez a fixação, a posse e o consumo em série de sua própria imagem estão ao alcance do homem do povo. Registrada em 1841, a patente deste novo processo sofre uma série de melhorias técnicas, ao longo dos dez anos subseqüentes. O tempo da pose vai se reduzindo aos poucos, até a descoberta, em 1851, do registro instantâneo. (CORBIN, 1990, p. 425).

Esse retrato, embora calcado nos códigos de representação já estabelecidos pelo *portrait* pictórico, apresentava a aparência do retratado de forma muito mais semelhante ao modelo, se comparado ao modelo antecessor – a pintura ou o desenho.

Além desse apelo, os custos em geral mais baixos de produção do retrato fotográfico foram fator respeitável para a disseminação da prática de tirar e colecionar retratos. Assim, um dos primeiros usos que se fez da fotografia pela sociedade foi o de retrato-foto, o retrato individual que, na análise de Corbin (1990, p.425), tinha como função registrar a vida privada e com isso idealizar as aparências.

Dessa forma, a fotografia, ao permitir a reconstrução de uma dada realidade mediante sua representação a partir de uma imagem que guarda estreita semelhança com o referente, torna-se de grande importância para o acionamento da memória ao longo do tempo, visto que por meio do registro fotográfico pode-se fixar temporalmente a aparência de um determinado evento, pessoa, cenário e paisagem. Esse será um de seus usos sociais mais marcantes.

Nesse sentido, através da ação do fotógrafo, a imagem obtida, independente da intenção do produtor, permanece “congelada”, possibilitando com isso a formação das lembranças dos fatos retratados, tornando-se um documento atuante no campo das percepções visuais, sendo capaz de despertar os mais variados interesses e sentimentos. E por isso mesmo, vêm sendo empregada como fonte de pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

Dentro dessa linha de pensamento, Schwartz (1995, p.41) relata que um historiador especialista em fotografia observou que nenhuma outra invenção estimulou tanto a imaginação do público e conquistou o mundo com tamanha rapidez como o daguerreótipo<sup>1</sup>, um dos primeiros processos fotográficos.

---

<sup>1</sup>Daguerreótipo (1839 - ca.1865) – processo de formação de imagem fotográfica obtido pelo uso de placa de cobre como suporte para, em uma fina camada de prata, formar-se a imagem bem definida, revelada com vapores de mercúrio. O daguerreótipo dava origem a um objeto único, não possibilitando a produção de mais cópias. Normalmente, é encontrado emoldurado em uma caixa do tipo estojo com uma superfície

Outro uso da fotografia calcado no caráter objetivo de sua imagem é aquele de registro das atividades científicas de todos os tipos. Segundo Schwartz (1995, p.42), a fotografia compartilhou com a ciência raízes comuns, além de uma fé otimista no progresso interminável, e na possibilidade de se conhecer o mundo, considerando a sua aparente objetividade de representação, a sua potencialidade de reprodução, a sua capacidade de alcance utilitário desde as ciências nos laboratórios até o espaço de sociabilidade das famílias nas suas residências, por exemplo.

Schwartz (1995, p.42) evidencia o caráter funcional-burocrático que os documentos fotográficos vão adquirir ao serem utilizados pelas administrações institucionais de todos os tipos. Com isso, a autora observa que, como

[...] produto de ações e transações tanto de caráter burocrático quanto de cunho sócio-cultural mais amplo, os documentos fotográficos num contexto institucional são efetivamente criados por uma vontade, para cumprirem um determinado objetivo, por meio da transmissão de uma mensagem, tendo em vista alcançar uma certa audiência, ou seja, apresentam uma origem funcional (SCHWARTZ, 1995, p. 42).

Ao longo dos anos, a fotografia foi tratada pela sociedade em geral e pelos profissionais envolvidos com ela em particular, de maneira distinta. No entanto, seu valor como suporte documental continuou sendo fortalecido, disseminado socialmente, acompanhando e refletindo o desenvolvimento tecnológico e cultural da sociedade.

Como afirma Rouillé:

Os lugares, as datas, os usos, os dispositivos, os fatos: tudo comprova que a invenção da fotografia se insere na dinâmica da sociedade industrial nascente. Foi ela que assegurou as condições de seu aparecimento, que permitiu seu desdobramento, que a modelou, que se serviu dela. Criada, forjada, utilizada por essa sociedade, e incessantemente transformada acompanhando suas evoluções, a fotografia, no decorrer de seu primeiro século, como destino maior conheceu apenas o de servir, de responder às novas necessidades de imagens da nova sociedade. De ser ferramenta. Pois, como qualquer outra, essa sociedade tinha necessidade de um sistema de representação adaptado ao seu nível de desenvolvimento [...] Na metade do século XIX, a fotografia foi a melhor resposta para todas essas necessidades. Foi o que a projetou no coração da modernidade e que lhe valeu alcançar o papel de documento, isto é, o poder de equivaler legitimamente às coisas que ela representava. (ROUILLÉ, 2009, p. 31).

Com isso, a fotografia torna-se, de acordo com Rouillé (2009, p.34) “um novo elo entre as coisas do mundo e as imagens”. Em que pese essa força de verdade e de crença, despertados pelo dispositivo fotográfico, este sempre forneceu combustível para o debate em torno de seu estatuto como forma de representação visual: seria ele um registro objetivo da realidade e, nesse sentido, destinado a ser usado primordialmente

---

de vidro protegendo a imagem. Ver LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vania Carneiro de; FILIPPI, P. Como tratar coleções fotográficas. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2002 – (Projeto como fazer, 4) - p. 20.

como suporte documental? Ou ao contrário, sua forma de captar o mundo a partir dos desígnios de seu autor lhe imputava o estatuto de obra de arte?

Esse debate, longe de estar superado nos dias atuais, foi marcante nos anos que sucederam ao seu aparecimento e disseminação por várias áreas da produção humana. Os estudos posteriores, que se detiveram na análise da trajetória da fotografia e dos seus usos de forma geral, apontam para a existência de dois tipos de olhares investigativos em relação à ela. De um lado, análises que se empenham em investigar o estatuto de obra de arte da fotografia e de outro, trabalhos que exploram seu caráter de dispositivo documental.

Bruno Delmas (2003), professor da *École Nationale des Chartes*, oferece-nos uma importante contribuição com o seu trabalho *Donner à l'image et au son le statut de l'écrit*. O autor que tem como objeto de estudo os documentos audiovisuais, as suas formas e tipologias, busca em seu texto apresentar as possíveis conjunturas em que esses documentos integram o conjunto de documentos de arquivo.

Neste sentido, o autor afirma que haveria uma tendência a se julgar e mesmo a se valorizar as obras visuais mais pelo seu caráter de obra de arte, produto autoral, do que pelo seu valor documental, pelo menos em certos circuitos. As obras audiovisuais, apesar de possuírem, primeiramente, um estatuto de obra de arte, também podem servir como objeto de estudo e serem utilizadas como fontes para quaisquer pesquisas, inclusive históricas, ou seja, como documentos. Observa, contudo, que as fotografias que possuem valor documental são bem menos estudadas e conhecidas em relação as de valor artístico consagrado.

No entanto, fotografias de temas artísticos ou documentais, podem, dependendo da intenção de quem as tomam por referência, ser usadas como registro documental, embora em nossa sociedade tenha havido sempre a disseminação da oposição, nem sempre frutífera, entre arte (fruto de inspiração do artista e único registro desse espírito criador) e documento (ligada a idéia de produção em série, objetivada por fatores outros que não a inspiração de um espírito autoral, embora reconheça-se que esse aspecto artístico possa estar presente em qualquer documento fotográfico).

No que diz respeito à disseminação do uso documental da imagem fotográfica por instituições, já na virada do século XIX para o XX, Goldberg enfatiza que

“[...] já existe referência à existência da utilização de registros fotográficos como evidência de suas atividades (das instituições) desde praticamente 1840, como os arquivos de fugitivos criminais das polícias da Bélgica, Suíça e do estado americano da Califórnia.” (GOLDBERG, 1991, *apud* BARTLETT, 1996, p. 488).

A utilização das fotografias, em cada uma das áreas institucionalmente definidas, se adaptará às suas diferentes necessidades. Como exemplo, citamos o uso das imagens nas práticas médicas, nos serviços hospitalares, nos ambientes de pesquisas científicas, médico-sanitaristas, sempre no intuito de registrar, em alguns casos, o andamento dos trabalhos, as evidências dos fenômenos estudados, os registros das atividades realizadas. Dessa prática de produção visual se originarão inúmeros conjuntos documentais fotográficos que, hoje, constituem uma das bases para diferentes estudos sobre aquele período.

Dentro desse contexto Schwartz (2000) aponta que a prática fotográfica, trouxe consigo pretensões artísticas e credenciais científicas, além de se tornar um dos meios pelos quais as pessoas vieram a conhecer o mundo e a situarem-se nele. Com isso, passou a ser tratada como uma ferramenta de observação, um auxílio para a documentação e/ou uma forma de acumulação de dados, incorporada aos diversos círculos existentes na sociedade, desde objetos de trabalho de cientistas até uma correspondência pessoal.

Diante do exposto podemos apreender que o valor documental da fotografia foi sendo construído ao longo dos anos e fora do domínio dos arquivos. E fora amplamente utilizada pela sociedade de maneiras distintas. Desse modo, a fotografia acaba entrando para o campo arquivístico de forma diferente dos documentos tradicionais de arquivo, salientamos que questões quanto o suporte e sua instrumentalização como registros de fatos e ações documentários auxiliaram muito nesse processo.

É nesse quadro que a fotografia vai sendo inserida no mundo dos arquivos e, com isso, suscitando muita desconfiança e estranhamento enquanto objeto teórico e metodológico da prática arquivística.

## **2.2 O documento fotográfico sob a perspectiva da Arquivística**

Se, por um lado, o registro fotográfico disseminava-se como instrumento de comunicação social cada vez mais admirável, por outro, foi um registro de aparição tardia nos arquivos, considerando os séculos de acúmulo de registros do tipo tradicional – textual em suporte papel – que a história dos arquivos nos oferece.

Interessa-nos analisar de que forma o documento fotográfico foi sendo percebido como problema teórico-metodológico no campo arquivístico. Para isso, partiremos da análise de algumas das principais obras produzidas, não apenas por serem um dos

fóruns privilegiados de discussão da disciplina, mas também por se constituírem nos veículos responsáveis pela disseminação de formulações teóricas e metodológicas que auxiliaram na consistência conceitual da disciplina.

Entendemos que essas obras servem como boas fontes de referência da evolução de certo pensamento arquivístico exatamente porque são produtos de seus momentos e das contingências de determinados arquivos a partir dos quais foram produzidas.

Segundo Fonseca (2005) a produção intelectual arquivística traz a característica do formato de manuais. As principais obras que alicerçaram as práticas na área são fruto de discussões metodológicas a partir de situações de arquivo específicas. Devido à qualidade delas, acabaram por formular princípios básicos que são seguidos, com maior ou menor nível de questionamento, até hoje.

Fonseca (2005, p.32) observa que, de um lado, esses trabalhos possuem as suas limitações<sup>2</sup>, pois trazem consigo “a marca da referência espaço-temporal na qual se originam”. Mas por outro lado, as qualidades de suas formulações e das discussões apresentadas os tornaram estudos muito valorizados e consultados, tanto pelos profissionais da área, quanto pelos estudantes em formação nos cursos de Arquivologia.

Neste sentido, começaremos pelo Manual dos Arquivistas Holandeses (1973), uma vez que esse trabalho, de acordo com a maioria dos autores da arquivologia, é considerado um marco inaugural do que se poderia chamar de uma disciplina arquivística, como um campo autônomo de conhecimento. (FONSECA, 2005, p. 32).

O documento fotográfico não é mencionado no trabalho dos arquivistas Muller, Feith e Fruin, quando esses formulam a definição do que seria um arquivo e do que ele seria constituído. No entanto, chamamos a atenção exatamente para essa ausência, considerando a já bastante disseminada prática de fotografar, como apontado anteriormente. Para entendermos essa situação, argumentamos que se trata de um manual produzido a partir da experiência vivida então pela Holanda no seu processo de unificação nacional, quando seus principais arquivistas tinham que lidar com a realidade dos arquivos dispersos de antes da unificação e, a maioria deles, oriundos de produtores oficiais e institucionais.

---

<sup>2</sup>Fonseca em seu trabalho ressalta que existem algumas dificuldades em se trabalhar com este tipo de literatura e nos apresenta de forma resumida três pontos básicos: cobertura temática da publicação; abrangência nacional dos manuais e livros-texto; e abrangência do nível de aprendizagem. Ver FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.49-50.

Assim, é natural que o registro fotográfico estivesse distante dos tipos de documentos previstos para serem encontrados nos arquivos. De acordo com a definição de arquivo, apresentado pelo Manual dos Arquivistas Holandeses,

[...] é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 13).

Mesmo sendo contemporânea do Manual e já bastante disseminada socialmente como instrumento de registro documental, a fotografia, no entanto, não era uma realidade documental nos fundos permanentes, objeto do trabalho dos profissionais holandeses. Segundo a nota do tradutor para a edição em português da Associação dos Arquivistas Holandeses (1973, p.14), consta que: “a definição foi redigida (...), antes de generalizadas as reproduções fotográficas, ou outras. Se escrita hoje, nela seriam, sem dúvidas, incluídas”. Ou seja, neste momento formas de registros que não “documentos escritos, desenhos e material impresso”, não eram consideradas documentos de arquivo.

Outra obra essencial é a de Jenkinson, *A manual of archive administration* (1966). O autor da introdução e bibliografia na edição de 1966, Roger H. Ellis (1966, p.vi), procura contextualizar a obra observando que ocorreram algumas mudanças no panorama arquivístico desde que foi escrito nos anos de 1920, como uma maior complexificação das instituições, um aumento da produção de documentos, o aparecimento de novas tecnologias, assim como de novos tipos documentais.

De acordo com Ellis (1966), a concepção apresentada por Jenkinson não conseguiria abranger as mudanças ocorridas com a moderna administração que produzia, naquele momento, documentos em novos formatos. Esse novo cenário trouxe para os arquivistas algumas dificuldades, ligadas à forma como tratar documentos tão diferentes do que era o usual de se encontrar nos arquivos por séculos. Ainda assim, encontramos na obra de Jenkinson (1966) uma visão mais ampla dos tipos de registros que poderiam ser considerados de arquivo, na afirmação de que

Documento como item admissível à classe dos arquivos são todos os manuscritos em qualquer material, todo documento original produzido por máquina de escrever e todo documento original produzido mecanicamente por intermédio de formas variadas de reprodução, inclusive fotomecânicas. Somados a esse, todas as outras evidências materiais, incluindo ou não signos numéricos ou alfabéticos, que tomaram parte ou foram anexados, ou que tenham sido razoavelmente supostos como tendo tomado parte ou terem sido anexados a documentos específicos como definidos. (JENKINSON, 1966, p. 6-7).

É importante perceber que o autor admite outros tipos de registros na composição dos arquivos, no entanto, os exemplos apresentados por Jenkinson oferecem a esses documentos um papel de “coadjuvantes”, ou seja, são tratados como documentos anexos aos documentos classicamente considerados de arquivo.

Jenkinson (1966, p. 156-165), no capítulo “Fabricação de arquivo” coloca no original, em inglês, pois não foi traduzido, assinala os atributos primordiais dos arquivos: a imparcialidade e a autenticidade. Através dessas características são avaliados os documentos que podem e devem ser preservados. Apesar do autor se mostrar preocupado com as peculiaridades que constituem as características dos documentos de arquivos, não há uma problematização dos tipos de registros que compõem os arquivos modernos, embora indique a existência de “novos materiais” e “novos métodos” de se praticar negócios ou transações.

No que diz respeito especificamente à fotografia, encontramos, de maneira pontual, menção aos materiais iconográficos, sempre como componentes do conjunto de registros produzidos de forma diferente dos documentos tradicionais textuais, como os registros gráficos, sonoros e fílmicos. Jenkinson (1966) alega que, em determinados documentos, esses registros podem vir como partes integrantes, como anexos. Interessante notar que o Manual dos Holandeses também identifica a existência de desenhos e plantas como anexos aos documentos tradicionais. Não sabemos se esse fato denota um certo padrão de introdução de documentos mais modernos nos arquivos – como anexos – ou se é produto de uma dificuldade de enxergar nesses novos registros documentos arquivísticos autônomos.

A fotografia será objeto de atenção por parte de T. R. Schellenberg (2006), historiador e arquivista norte-americano. Obra hoje considerada clássica nos estudos arquivísticos, representa um marco da arquivística moderna, pois apresenta o conceito de gestão de documentos e de ciclo de vida documental, aproximando os arquivos da administração. *Arquivos Modernos: princípios e práticas* foi considerado por muitos teóricos da área um trabalho que permanece bastante atualizado até nossos dias, principalmente, pelo tratamento integrado que o autor dispensou à problemática arquivista.

Em Schellenberg (2006), encontramos o documento fotográfico de maneira mais direta em sua obra. Aliás, não apenas as fotografias mereceram a sua atenção, mas também, os documentos cartográficos e audiovisuais, apresentados como uma realidade nos conjuntos arquivísticos. Além disso, o autor caracteriza os arquivos modernos como

sendo aqueles que possuem tipos variados de documentos, numa perspectiva diferente da obra de Jenkinson e do Manual dos Holandeses, ainda mais ampla e pouco alterada na atualidade. A sua obra também é marcada por trazer uma discussão sobre os arquivos pessoais, tema também não presente nos manuais por muitos anos.

Em capítulo específico sobre o tratamento dos arquivos de custódia, ou seja, permanentes, Schelleberg (2006) discorre sobre os pontos primordiais da administração desses arquivos enfatizando que, quanto à natureza dos arquivos modernos; esses se caracterizam por integrarem tipos totalmente diversos e novos de documentos.

Pelo texto, percebemos que as fotografias já eram uma realidade arquivística na metade do século XX. Portanto, o autor tinha que lidar com a sua existência. Entretanto, embora integre esse tipo de registro como um dos que formam os arquivos modernos, na verdade o autor demonstra algumas dificuldades em considerar o documento fotográfico como, de fato, um documento de arquivo – principalmente em relação ao tratamento a ele dispensado nesse universo. Nota-se que em muitos casos Schelleberg (2006, p.44) entende a fotografia como um “documento diferenciado” e que, portanto, se encontraria numa espécie de “zona fronteira entre as áreas da arquivística e da biblioteconomia”.

Em outro capítulo, traçando um paralelo entre biblioteca e arquivo, o autor parte do exemplo de alguns casos em que certos tipos de materiais podem tanto ser de interesse arquivístico quanto biblioteconômico e os documentos audiovisuais estariam entre esses. Sendo assim, “os materiais audiovisuais e cartográficos apresentam quase o mesmo interesse tanto para os bibliotecários quanto para os arquivistas” (SCHELLENBERG, 2006, p. 44).

Não há uma menção direta aos documentos fotográficos, no entanto, esta pode ser referenciada na idéia de materiais audiovisuais devido à localização temporal da obra. Além disso, o autor afirma que existem documentos que indiferentemente de sua proveniência ou de seu pertencimento a um conjunto, “naturalmente situam-se em regiões fronteiriças, podendo pertencer a universos tão díspares quanto bibliotecas e arquivos”. (SCHELLENBERG, 2000, apud, LACERDA, 2008, p.53). Assim, seguindo seu raciocínio,

Ao discutir as diferenças entre os métodos empregados, abordarei primeiro as técnicas que se aplicam a materiais especiais que tanto podem ser mantidos por bibliotecas como por arquivos. Esses materiais, convém lembrar, têm em comum a característica de consistirem em peças individuais, separadas umas das outras, cada qual com significado próprio, independentemente de sua

relação para com os demais. E desde que consistem em peças avulsas, podem-se seguir os métodos biblioteconômicos no seu arranjo e na sua descrição, pois tais técnicas, de modo geral, se aplicam a peças avulsas. Esses materiais especiais podem, é lógico, ser reunidos em coleções como de manuscritos, de filmes, ou ainda de fotografias. [...]. Conquanto tais coleções possam ser consideradas semelhantes em caráter a um grupo de arquivo (*archival groups*), falta-lhes a coesão própria dos arquivos, que deriva da correspondência destes com uma atividade ou fim. Os métodos de arranjo e de descrição de tais coleções são de certo modo semelhantes àqueles empregados para os grupos de arquivos. Os bibliotecários e arquivistas, portanto, podem igualmente contribuir na elaboração de um método destinado ao tratamento desse material. (SCHELLENBERG, 2006, p. 47)

Chamamos a atenção para o fato de que Schellenberg aceita considerar fotografias como documentos de arquivo no sentido de terem sido acumuladas ou até mesmo produzidas por uma entidade produtora, mas por razões de outra ordem daquelas que regem o aparecimento dos registros típicos de arquivos, quais sejam, razões administrativas, funcionais, como subprodutos de atividades cotidianamente executadas tendo em vista cumprir uma missão. Como para o autor elas não possuem essa ligação de origem, estariam nesse limbo metodológico – podendo ser abordadas por técnicas tanto de uma disciplina quanto de outra.

Lacerda (2008) observa que, em que pese a constatação da presença desses tipos de registros nos arquivos modernos como realidade inegável e a disponibilidade do autor em pensar em formas para abordá-los, a falta de familiaridade com documentos que eram realmente fenômeno novo num universo marcadamente de produção documentária textual leva à sua conclusão de que, a esses materiais, faltaria a característica central que define os documentos de arquivo, qual seja, a existência da dimensão orgânica do documento com os outros de sua série e entre todos e a fonte produtora do conjunto.

Tal concepção irá perdurar na área de arquivo por muito tempo onde os materiais considerados especiais receberiam um tratamento diferenciado, ou seja, seriam objetos de procedimentos mais voltados às práticas biblioteconômicas do que às arquivísticas. Essas formulações podem ter influenciado os métodos utilizados pelas instituições em relação aos documentos fotográficos, visto que não se buscava realizar a correspondência entre esses e as atividades e funções que lhes deram origem.

O manual elaborado pela Associação de Arquivistas Franceses pela *Direction des Archives de France* (1991) se propõe a estimular a reflexão por parte dos leitores em relação às teorias e experiências acerca do trabalho arquivístico apresenta as dificuldades e preocupações que envolvem o tratamento dos chamados documentos

especiais. Assim, segundo o manual, no contexto da “arquivística especial” haveria “as diversas categorias de fundos ou de documentos que, seja em razão de proveniência, seja por sua consciência material, colocam problemas particulares no quadro da arquivística geral.” (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1991, p. 11).

Ressaltamos o grande interesse voltado aos documentos fotográficos nessa obra, principalmente, se compararmos a todos os outros tipos que fazem parte da categoria de documentos iconográficos. E um dos motivos seria a enorme quantidade de fotografias presentes nos depósitos, além do seu valor como fonte de pesquisa, como explicita o manual

As fotografias, em razão dupla de seu valor de fonte para a história e de sua abundância, estão, evidentemente, em primeiro lugar entre os documentos iconográficos do ponto de vista dos arquivos. [...] mas em se tratando de seu tratamento arquivístico, eles não são essencialmente diferentes dos outros documentos iconográficos (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1991, p. 496).

O tratamento oferecido aos documentos fotográficos, no que diz respeito à organização e preservação, freqüentemente é baseado na teoria e nos métodos das disciplinas (arquivologia, museologia, biblioteconomia) que alicerçam as práticas das diversas instituições de guarda que têm acervos desse tipo e cujo objetivo é fornecer o acesso mais amplo possível ao público.

Numa situação arquivística, apesar das fotografias serem susceptíveis a diferentes interpretações de conteúdo, estas devem ser organizadas respeitando seu contexto de produção, assim como são organizados os documentos textuais. É evidente que coleções fotográficas, outro conjunto documental muito frequente, devem ser tratadas de outra forma, valendo, inclusive um aporte biblioteconômico. O problema se estabelece quando as imagens são apartadas de fundos arquivísticos pela simples dedução (equivocada), de que se agindo assim, será dado tratamento mais condizente com a natureza desse material.

Numa situação de arquivo, todos os documentos que o integram, inclusive os fotográficos, formam um todo orgânico que reflete as atividades às quais se encontram vinculado, ou seja, esses documentos exprimem as ações de seus produtores na prática de suas funções. Por isso, o caminho para verificar a ligação de um documento com o fundo passa pela investigação de sua origem ou função, e não pela valorização de seu formato, suporte, linguagem etc.

Discurso semelhante encontra-se em “Arquivos Permanente: Tratamento documental” autoria de Bellotto onde define documento como “qualquer elemento

gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa.”. (BELLOTTO, 2007, p. 35) e os documentos de arquivo

(...) são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esse documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte. (BELLOTTO, 2007, p. 37).

Logo, através da conceituação apresentada pela Bellotto (2007, p.33), podemos concluir que os documentos fotográficos presentes nos fundos, entendidos como “conjunto de peças de qualquer natureza que todo corpo administrativo, toda pessoa física ou jurídica automática e organicamente tenha reunido em razão de suas funções ou atividades”, ainda que expressem características que os diferencie dos tradicionais documentos textuais, podem ser considerados documentos de arquivo, já que não é o tipo documental, muito menos o suporte, os responsáveis por definirem sua condição de documento de arquivo, e sim, a função pela qual o documento foi criado.

Igualmente significativas são as considerações de Marilena Leite Paes em *Arquivo: teoria e prática* que nos chama atenção para os equívocos (confundiam-se ora com a forma física, ora com a finalidade do documento) que ocorriam antes da inclusão dos “dois novos conceitos de arquivo, que refletem características peculiares à natureza dos documentos. São eles: arquivo especial e arquivo especializado.” (PAES, 2004, p. 22). Sendo considerados arquivos especiais os documentos que encontravam-se em suportes diferenciados. Em suas palavras:

Chama-se de arquivo especial aquele que tem sob sua guarda documentos de formas físicas diversas – fotografias, discos, fitas, clichês, microformas, slides, disquetes, CD-Rom – e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação. (PAES, 2004, p.22).

Já o arquivo especializado, segundo a autora,

É o que tem sob sua custódia os documentos resultantes da experiência humana num campo específico, independentemente da forma física que apresentem, como por exemplo, os arquivos médicos ou hospitalares, os arquivos de imprensa, os arquivos de engenharia e assim por diante. Esses arquivos são também chamados, impropriamente, de arquivos técnicos. (PAES, 2004, p.23).

De acordo com Paes (2004) os documentos podem ser classificados segundo o gênero e a natureza do assunto. No que diz respeito ao gênero, os documentos podem

ser textuais; cartográficos, iconográficos (fotografias, diapositivos); filmográficos; sonoros; micrográficos e informáticos.

Paes (2004) salienta que o método unitermo<sup>3</sup> ou indexação coordenada (não é recomendado sua aplicação nos arquivos convencionais) representa o procedimento que obteve grande êxito nos arquivos especiais e especializados. A autora afirma que:

A aplicação da indexação coordenada, se desaconselhada para documentos textuais em geral, é recomendável para arquivos fotográficos, sonoros, e outros arquivos constituídos de documentos especiais tais como projetos, plantas, desenhos técnicos, catálogos industriais etc. (PAES, 2004, p. 92).

Portanto, apesar da autora reconhecer a fotografia como um documento de arquivo, a mesma propõe um arranjo<sup>4</sup> por assuntos e uma descrição individualizada para cada imagem. A utilização desse modelo de organização (Sistema Unitermos) causa a omissão da contextualização e proveniência da imagem.

Podemos notar que o pensamento extraído da obra de Paes está em consonância com a visão geral compartilhada pela área arquivística no período em que foi escrita – anos de 1980 – no qual imperava mesmo a idéia de que se constituiriam arquivos à parte, conjuntos formados por registros outros que não os tradicionalmente encontrados nos arquivos.

Cabe observar que a fotografia como um documento, além disso, como um documento de arquivo, não é um consenso na área. Para uma arquivística mais tradicional, existe inclusive a defesa de que os documentos fotográficos não seriam, de fato, documentos de arquivo e que a aplicação de técnicas externas às arquivísticas para seu tratamento, longe de ser um problema, seria uma solução adequada e até mesmo natural e conveniente.

Dessa maneira, o estudo de Heredia Herrera (1993) em seu artigo “La fotografía y los Archivos” que não apenas corrobora com tal ponto de vista, como também destaca o desafio dos arquivistas em lidar com os documentos em diferentes suportes, não apenas por se tratarem de novas tecnologias, como também pelo cuidado que há de se ter para identificar os documentos de arquivo. Uma vez que para autora a identidade de

---

<sup>3</sup>O Sistema Unitermo foi desenvolvido por Mortimer Taube, nos Estados Unidos da América, na década de 1950. Unitermo significa única palavra técnica. O método baseia-se na possibilidade de acessar qualquer aspecto (facetas) de um documento, bastando para isso colocar cada palavra representativa do assunto do documento em uma ficha e inserir os números dos diversos documentos que tivessem a ver com a idéia representada por aquela palavra, ou seja, é um sistema de classificação que combina palavras com números (de registro, de codificação, entre outras). (PAES, 2004, p. 89).

<sup>4</sup> Arranjo, segundo Schellenberg, é um “processo de agrupamento dos documentos [...] em unidades significativas, e o agrupamento, em relação significativa de tais unidades entre si”. (SCHELLENBERG, 1980, p. 89).

um documento de arquivo está relacionada ao seu vínculo institucional, indiferentemente da qualidade da informação que carregam consigo. Assim, a característica que diferencia um documento de arquivo em relação aos documentos fotográficos “seria a ambigüidade da natureza da fotografia, que impediria uma atribuição clara de sua competência.” (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 8).

A autora apresenta em seu texto que a ascensão da fotografia à categoria de documento de arquivo consistiria em um alargamento do conceito de arquivo, “proveniente da perspectiva francesa de incluir, no conceito tradicional dos testemunhos de gestão e atividade institucional, qualquer testemunho da memória coletiva e individual” (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 9).

Ainda em seu trabalho Heredia Herrera (1993) salienta os obstáculos que se apresentam numa tentativa de equiparar-se os documentos fotográficos com os demais documentos de arquivo, a chamada “dualidade institucional ou particular” (HERRERA, 1993, p. 10) que seria uma característica peculiar à produção desses registros. Em outras palavras, as demandas referentes a produção, circulação e consumo das fotografias sempre estariam subordinadas ao anseio de alguém, é esse que irá determinar a criação da fotografia (seja uma opção de um fotógrafo ou de uma instituição). Já um documento de arquivo, por sua vez, a sua origem é natural e não arbitrária.

Enfim, nota-se que Antonia Heredia Herrera (1993) coloca diversos obstáculos na identificação e classificação dos documentos fotográficos como um típico documento de arquivo. O termo arquivo fotográfico é repellido pela autora o que transparece o receio da autora em considerar a fotografia como um documento de arquivo.

Portanto, identificamos que o documento fotográfico torna-se um dos objetos da arquivística com o passar dos anos, no entanto, ainda faz-se necessário muitas discussões e trabalhos na área. Notamos que a fotografia como um documento de arquivo e, até mesmo, o tratamento oferecido a mesma ainda não constitui-se um consenso nas instituições de guarda e nem no que se refere aos profissionais responsáveis pela organização dos acervos.

Assim podemos observar tal fato, do mesmo modo, nos trabalhos produzidos a respeito da fotografia que com frequência encaixa-se ora no campo da conservação e preservação desse material (tratamento de coleção), ora visto como fonte de pesquisa ou como mecanismo ilustrativo e, em outros casos, como um documento de arquivo pertencente a fundo.

### **3 A FOTOGRAFIA NA PRODUÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA**

O pensamento Arquivístico neste século deve considerar-se como algo em constante evolução, algo que se transforma continuamente para adaptar-se às transformações radicais que se vão produzindo na natureza dos documentos, nos organismos que os produzem, nos sistemas de gestão e tratamento de Arquivos, na utilização dos arquivos e nas tendências culturais, jurídicas, tecnológicas, sociais, filosóficas e da sociedade (COOK, 1996 *apud* JARDIM, 1998, p. 3).

Neste capítulo buscamos fazer um mapeamento da produção arquivística sobre a fotografia ou o documento fotográfico no cenário brasileiro a partir do levantamento de publicações na forma de artigos publicados em revistas produzidas na área, bem como os manuais de procedimentos metodológicos.

A escolha pelas revistas justifica-se por se tratarem de fóruns privilegiados de discussão teórico-metodológica e por serem as principais vias de comunicação da produção científica arquivística, considerando a pouca expressão acadêmica que caracteriza a área no país. Dessa forma, serão considerados artigos sobre fotografia que tiverem sido publicados nas revistas da área, no intuito de analisarmos quais os que propõem realmente uma abordagem do ponto de vista do interesse do arquivo. Também analisaremos os manuais, por serem poucos e terem sido publicados por instituições respeitáveis na área de tratamento e conservação de arquivos e coleções fotográficas, tiveram circulação e projeção consideráveis para os que lidavam diretamente com esses acervos, tornando-se verdadeiras “bíblis” do “como fazer”, durante as décadas de 1980 e 1990.

#### **3.1 Um breve panorama da situação da fotografia nas Revistas Brasileiras**

A fotografia enquadra-se entre as mais novas formas de registro que surgem no primeiro quarto do século XIX. Os arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação possuem fotografias como parte integrante de seus bens materiais. Os documentos fotográficos, considerados de valor permanente, estão cada vez mais presentes nas instituições de guarda de acervos. Com isso, evidentemente, tantos os arquivos (instituições públicas ou privadas) quanto os arquivistas, profissionais responsáveis pela organização dos acervos, tiveram que lidar com tal novidade.

Procuramos nesta pesquisa observar a trajetória da fotografia nas principais revistas brasileiras. Consciente da importância de tais periódicos para a comunicação científica, especialmente em uma área com tamanha defasagem de canais de expressão, almeja-se que as informações aqui demonstradas, embora não exaustivas, reproduzam uma pequena amostra, porém significativa, dos artigos que tem sido publicado no Brasil acerca desse assunto. Lembrando que apenas consideramos as publicações dos profissionais em revistas nacionais, assim como não avaliamos qualitativamente os trabalhos apresentados.

Realizamos a referida pesquisa durante o ano de 2013 tendo por base a Internet, revistas impressas e CD-ROOM comemorativo. O recorte da pesquisa compreendeu os números disponibilizados pelas instituições arquivísticas, independente do seu ano de publicação. Uma vez que a idéia foi oferecer um panorama geral do tema e sobre como o mesmo estava sendo tratado nos periódicos da área, apresentando um levantamento mais abrangente possível.

Dessa forma, foram investigadas através da internet um total de 32 publicações de instituições arquivísticas (ver a lista completa no Anexo I). No entanto, foram selecionadas para este trabalho 12 revistas que apresentaram um maior número de resultados sobre o objeto da pesquisa. Assim, será exposto o contexto e resultado da busca das seguintes publicações:

- **Revista Acervo** – do Arquivo Nacional – RJ - DF;
- **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** (Revista Cidade Nova) – AGCRJ – do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – RJ - DF;
- **Revista Arquivo & Administração** – da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB – RJ;
- **Revista Arquivo & História** – do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ – RJ;
- **Revista Arquivística.net – Rio de Janeiro – RJ;**
- **Revista do Arquivo** - do Arquivo Público Histórico de Rio Claro – SP;
- **Revista Histórica e a sua versão online** - do Arquivo Público do Estado de São Paulo – SP;
- **Revista do Arquivo Municipal** - do Arquivo Municipal da cidade de São Paulo – SP;

- **Revista Registro** - do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba – SP – Fundação Pró-memória de Indaiatuba;
- **Revista do Arquivo Público Mineiro – APM**– do Arquivo Público Mineiro – MG;
- **Revista Ágora** – do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – SC;
- **Revista Em Questão** – da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FABICO/UFRGS;

Observamos que, no caso do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGRJ – o levantamento também foi realizado no local, devido à impossibilidade de consulta de vários números através do site. Na revista *Arquivo & Administração*, por sua vez, foram analisados os números de 1972 até o ano de 1999, por meio de *CD-Rom* comemorativo, e os demais anos através do sumário disponível na página da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB.

É imprescindível enfatizar que algumas dessas revistas não foram analisadas de maneira exaustiva, uma vez que a pesquisa foi realizada, basicamente, através da Internet e aos bancos de dados do Google em revistas representativas em todo o Brasil. Por isso algumas não estavam completas ou disponíveis para consulta no momento da pesquisa. Mas acreditamos que o corpus de análise seja significativo, uma vez que conta com os títulos das mais importantes revistas da área arquivística nacional, como as revistas *Acervo* e *Arquivo & Administração*, por exemplo.

Analisando as revistas, identificamos a escassez de produções científicas que sejam exclusivamente voltadas para área de arquivo, todavia, não é o intuito deste trabalho fazer uma discussão dos motivos desta falta de periódicos arquivísticos<sup>5</sup>, seja por falta de produção ou de veículos, a questão é que a grande maioria das revistas, além de não ser publicada com regularidade, tem como principal característica, a interdisciplinaridade. As principais áreas que são abrangidas nos referidos periódicos

---

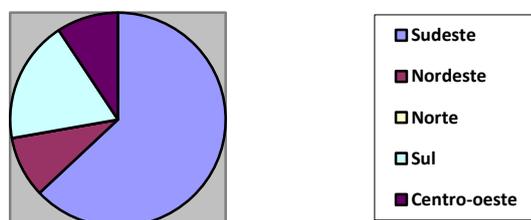
5 Para melhor compreensão desse assunto, ver JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). *Ci. Inf.* [online], 1998, v.27, n.3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a01.pdf>. Acesso em: 01 out. 2013. O referido trabalho encontra-se desatualizado, visto que o ano de publicação é 1998. No entanto, nos oferece um panorama da publicação na área arquivística da época, ressaltando que não ocorreram grandes mudanças ao longo desses anos.

são: história/historiografia, museologia, biblioteconomia, arquivística, ciência da informação, sociologia, antropologia, arquitetura, entre outras.

Apresentaremos, nesse primeiro momento, um panorama geral das revistas selecionadas, para que possamos observar as nuances desses veículos de informação, e melhor ambientarmos-nos com as mesmas.

No que diz respeito às temáticas arquivísticas abordadas nas revistas analisadas, se destacam em seus artigos temas como: o *ensino na área de arquivo* (universidades, formação profissional; a produção intelectual), *conservação, preservação e restauração de documentos*; *patrimônio arquivístico* (seja o físico – edifícios e móveis – ou documental); *tecnologias aplicadas aos arquivos* (acesso, indexação e guarda); *legislação*; *políticas arquivísticas* (usuário, acesso a documentos), além das reflexões acerca dos documentos digitais, e dos arquivistas e suas funções sociais.

Outro ponto é a questão geográfica do mapeamento realizado das referidas produções. É notória a predominância de periódicos publicados no sudeste (RJ; SP; MG; ES), dentre as 32 revistas levantadas (ver Gráfico 1 abaixo). Acreditamos que tal aspecto ocorra tanto pelo número de instituições de arquivo quanto de universidades com o curso de Arquivologia nesses estados.



**Gráfico 1 – Divisão por região**

### 3.1.1 Apresentação das revistas analisadas

A partir do conjunto de revistas pesquisadas, faremos a exposição de alguns breves históricos referentes às suas dinâmicas de produção com a finalidade de contextualizar e caracterizar cada uma dessas publicações<sup>6</sup>.

#### ► *Revista Acervo*

<sup>6</sup> Todas as informações acerca das revistas destacadas foram retiradas de seus respectivos sites.

A revista *Acervo*, que faz parte do programa editorial do Arquivo Nacional<sup>7</sup> foi criada no ano de 1986. O seu principal objetivo é cooperar com o aprimoramento das técnicas arquivísticas e com a metodologia de pesquisa histórica, com o intuito de refletir a produção brasileira nesses dois campos. Em 1993, a revista passou a dedicar-se, em cada número, a um tema distinto, além de publicar obras raras do acervo institucional, livros inéditos em língua portuguesa ou inexistentes em edições modernas. Até o presente momento a revista encontra-se no volume vinte e seis e nós os analisamos.

Identificamos em 11 do total desses volumes publicações referentes à fotografia. Sendo o volume 6, nº1/2 um especial acerca da fotografia. Localizamos um total de 17 artigos que tratavam sobre fotografia, mas os que apresentavam questões relativas à fotografia como um documento de arquivo somam apenas 3 trabalhos: “Documentação especial em arquivos públicos” de autoria Maria de Lima Brandão & Penedo de Tarso R. Dias Paes Leme, no v.1, n.1, jan./jun. 1986; “A fotografia como documento Uma instigação à leitura de Maria Lúcia Cerutti Miguel, v.6, n. 1-2, jan./dez. 1993; “Os sentidos da Imagem Fotografias em arquivos pessoais” de Aline Lopes de Lacerda, v.6, n. 1-2, jan./dez. 1993. Os outros textos localizados tratavam a fotografia como fonte histórica, registro de memória, recurso ilustrativo, fotojornalismo ou discutia-se a questão de sua manutenção (preservação e conservação).

► ***Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Revista Cidade Nova) – AGCRJ***

O antigo Arquivo do Distrito Federal, antecessor do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, por cerca de três anos (1894–1897) publicou a *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, que tinha como finalidade divulgar as transcrições de documentos e artigos utilizando o acervo da instituição. Dando prosseguimento ao trabalho anterior, foi retomada em 1950, publicando 5 volumes (com temas da história carioca) até o ano de 1954. Pode-se dizer que por iniciativa da direção, em 2007, do Arquivo Geral da

---

7 O Arquivo Nacional, criado em 1838, é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos - SIGA, da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça. Tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural. Informações disponíveis em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1> Acesso em 02 out. 2013.

Cidade do Rio de Janeiro, a publicação foi retomada novamente sob o título de *Revista Cidade Nova*. No entanto, em seu segundo número, trocou o nome para *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*<sup>8</sup> devido a questões de patente em relação ao outro nome.

Tivemos acesso aos seis números da revista que encontravam-se disponíveis no site, além de consultarmos alguns números no Arquivo Geral - AGCRJ. Dentre as revistas analisadas encontramos 3 artigos tendo como temática a fotografia. Sendo um voltado para a fotografia no arquivo (na Edição número quatro: “Imagens secretas: Fotografias da Polícia Política no acervo do Público do Estado do Rio de Janeiro, Maria Teresa Ferreira Bastos) e os dois sobre a fotografia como um recurso utilizado pela imprensa.

#### ► *Revista Arquivo & Administração*

*Arquivo & Administração* é uma das publicações da Associação dos Arquivistas Brasileiros<sup>9</sup> do Rio de Janeiro e o seu primeiro número, ou melhor, a revista de número 0 é do ano de 1972. No início, circulava três vezes por ano e sua distribuição era gratuita. O seu público alvo, desde o início, eram os arquivistas, mas também se destinava aos empresários em geral, gerentes, gestores públicos, historiadores, pesquisadores, professores e aos demais interessados.

Foram analisados um total de 28 volumes desde 1972 até 2013. Identificamos um total de 9 trabalhos em que a fotografia foi abordada no campo arquivístico, dentre

---

8 A Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro conta com o apoio do Conselho Editorial (CE), formado por historiadores de reconhecido destaque no meio acadêmico. Este Conselho tem a importante função de avaliar a qualidade das pesquisas a serem publicadas e orientar a publicação de forma a aproximar o AGCRJ das instituições acadêmicas da cidade e mesmo do país. Desta troca, espera-se um reposicionamento da instituição frente aos estudos universitários, como também uma requalificação dos pesquisadores da casa. Informações disponíveis em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/publicacoes-revista.html> Acesso em 01 out. 2013.

9 A Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, é uma sociedade civil de direito privado, cultural, sem fins lucrativos. É uma entidade reconhecida como de Utilidade Pública Estadual, de acordo com o Decreto Estadual no. 1200, de 13 de abril de 1977. Criada para dignificar a profissão de Arquivista e contribuir para o desenvolvimento da Arquivologia Brasileira, tem como objetivos: cooperar com os órgãos governamentais, entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionar com os arquivos e a Arquivologia; promover o Congresso Brasileiro de Arquivologia; organizar e/ou apoiar congressos, conferências, exposições, palestras, seminários, cursos de capacitação e treinamento, mesas redondas e outros eventos técnicos, científicos e culturais no campo arquivístico no Brasil e no exterior; editar a Revista Arquivo & Administração, o Boletim, e outras publicações pertinentes à Arquivologia; estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres no Brasil e no exterior; colaborar com os arquivos federais, estaduais e municipais e demais entidades, no desenvolvimento de políticas de arquivo e de políticas associativistas; promover e apoiar ações que visem o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no campo da Arquivologia. Informações disponíveis em: [http://www.aab.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=61%3Aaab&catid=30&lang=pt](http://www.aab.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=61%3Aaab&catid=30&lang=pt) Acesso em 02 out. 2013.

esses localizamos 2 artigos em que a questão da conservação e preservação da fotografia era o foco. Destacamos que foi uma das publicações em que maior foi o número de estudos com os documentos fotográficos em arquivos sendo encontrado um total de 6. São os seguintes artigos localizados: “Arquivos Fotográficos”, Marilena Leite Paes & Eloisa Helena Riani Marques, v.05, n.2, 1977; “Avaliação e seleção de fotografia de Lucia Lahmeyer Lobo, v.10-14, n. 01, 1982-1986; “Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes” de autoria de Ana Maria de Almeida Camargo, v. 15-23, 1994; “A imagem na Arquivologia e na História” de Maria Leonida R. da Silva, v.01, n.2, 1998; “Imagens e documentos fotográficos em arquivos de André Porto Ancona Lopez, Ano 2009, jan./jul.; “Arquivística e documentos fotográficos: origens de uma relação” de Aline Lopes de Lacerda, Ano 2011 – jul./dez;

► **Revista Arquivo & História** – do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ – RJ

Sendo uma publicação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro<sup>10</sup>, que tem como obrigações implementar a política estadual de arquivos, através da gestão, recolhimento, tratamento técnico de preservação, além da divulgação do patrimônio documental estadual, a *Revista Arquivo & História* possui uma relação direta com essa última função do arquivo e, com isso, cumpre outro compromisso com a população, que é o de garantir o pleno acesso à informação. Afinal, os documentos armazenados pelo referido Arquivo (desde o século XVIII até os dias atuais) podem ser utilizados como apoio nas tomadas de decisões governamentais de caráter político-administrativo, na defesa dos direitos dos cidadãos, além de incentivo à produção de conhecimento científico e cultural.

Em meio aos 12 números analisados, entre 1994 e 1998, não localizamos nenhum artigo em que a fotografia fosse tratada na área de arquivo, e nem como assunto principal.

► **Revista Arquivística.net**

---

10 O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ foi criado por meio do Decreto nº 2.638, de 25 de agosto de 1931, com a denominação de Arquivo Geral do Estado, subordinado à então Diretoria do Interior e Justiça do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói. Dois anos após sua criação teve o nome modificado para Arquivo Público e Biblioteca Universitária e, em 1938, foi desmembrado da Biblioteca, permanecendo, porém, na Secretaria de Justiça até 1958, quando passou para a Secretaria de Administração. Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, o Arquivo Público voltou a integrar a Secretaria de Justiça. Em 1979, os documentos dos Fundos da Presidência da Província e Presidência do Estado do Rio de Janeiro retornaram à instituição. No ano de 1985 foram incorporados ao APERJ as funções e o patrimônio do Departamento Geral de Documentação, órgão também integrante da Secretaria de Justiça, incluindo a biblioteca especializada em legislação e direito. Informações disponíveis em: <http://www.aperj.rj.gov.br/historico.htm> Acesso em 01 out. 2013.

Trata-se de uma publicação semestral, sem fins lucrativos, envolvida com o desenvolvimento científico que tem como princípio a divulgação de trabalhos do campo da Arquivística e dos demais estudos e pesquisas que estejam relacionados com a Ciência da Informação. O editorial do site: “O periódico estará aberto à publicação de ensaios, artigos, relatos de experiências, resenhas, entrevistas e cartas inseridas no escopo da Ciência da Informação e da Arquivística, em suas relações interdisciplinares com a Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Computação, entre outros campos do conhecimento”<sup>11</sup>.

Dentre as revistas aqui expostas, a *Arquivística.net* é a que nos proporciona o maior número de artigos do campo arquivístico. No entanto, foram analisados todos os volumes disponíveis para consulta no site, compreendendo o período de 2005 a 2008, num total de 8 números, não sendo localizado nenhum artigo a respeito da fotografia. No que se refere às publicações posteriores ao ano de 2008, ainda não encontram-se disponíveis no endereço eletrônico.

#### ► Revista do Arquivo

A publicação do Arquivo Público Histórico de Rio Claro – SP – anseia ser um canal utilizado por aqueles que almejam divulgar a história, as conquistas e os problemas da cidade. Apresenta uma linguagem simples para que possa alcançar um dos seus principais objetivos: aproximar os munícipes com as suas histórias (da cidade, de seus espaços e seus habitantes) e por isso mesmo, recebe a colaboração de todos que desejam contribuir com suas reflexões. Teve algumas interrupções em suas edições, mas foi retomada em junho de 2009 e passou a ser semestral.<sup>12</sup>

É interessante destacar que tivemos acesso aos 11 números disponíveis em meio eletrônico, entre os anos de 2009 e 2013 e uma revista impressa de n.2 do ano de 2004 foi analisada.

Desse modo identificamos 2 artigos tendo a fotografia como temática, sendo os dois em meio eletrônico. Ressaltando que na publicação de 2004, identificamos um artigo de André Porto Ancona Lopez que, embora não sendo sobre a fotografia e sim sobre a discussão dos princípios arquivísticos aplicados aos documentos digitais, discute

---

11 Informações disponíveis em: <http://www.arquivistica.net/ojs/policias.php#focus> Acesso em 02 out. 2013.

12 Informações disponíveis em: <http://www.aphrioclaro.sp.gov.br/publicacoes/revista-do-arquivo/> Acesso em 02 out. 2013.

também esses princípios aplicados dentre outros documentos, as fotografias. Já a revista de n.8, nov/2011, “Memória Imagética: a obra de arte fotográfica enquanto discurso narrativo da História de Renê Mainandi trata a fotografia apenas como arte.

### ► **Revista História e a sua versão online do Arquivo Público do Estado de São Paulo - SP**

A *Revista Histórica* (versão impressa) foi publicada entre os anos de 2000 a 2005 e abriu caminho para o atual periódico eletrônico divulgado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. A revista *online*, que é bimestral, nasceu com o intuito de proporcionar um espaço para os pesquisadores de diferentes áreas, História, Arquivologia, Antropologia, Arqueologia, Sociologia, como também para outros estudiosos da área de humanas, onde pudessem divulgar os seus trabalhos produzidos com fontes pertencentes ao acervo do Arquivo Público.<sup>13</sup>

Analisamos as versões disponíveis em arquivos PDF da revista, assim como as edições da revista *online*. Foram no total 16 revistas em versão PDF, entre os anos de 1993 e 2004, e 59 edições *online*, entre 2005 e 2013. No primeiro caso, foram identificados 4 artigos tendo a fotografia como assunto. Dentre eles, um tratava da conservação e preservação de coleções fotográficas e os demais de fonte histórica, instrumentos científicos e comunicação.

### ► **Revista do Arquivo Municipal**

O primeiro número da revista foi publicada em 1934 com o desígnio de divulgar na íntegra os documentos históricos que instituíam o acervo do Arquivo Municipal da cidade de São Paulo<sup>14</sup>, além de se tornar um meio de comunicação para os atos da prefeitura. Possui um importante e diversificado acervo documental imagético. Em 1935, um ano após a sua criação, foi incorporada ao Departamento de Cultura e Recreação e com isso passou a ser divulgada mensalmente e com edições mais amplas. Tornou-se um respeitável meio de comunicação para os cidadãos paulistanos e brasileiros, chegando a ser distribuída no exterior na década de 1930. Teve uma interrupção de dez anos em sua tiragem.

---

13 Informações disponíveis em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/sobre/> Acesso em 02 out. 2013.

14O Arquivo Histórico de São Paulo é a divisão responsável pela conservação, guarda permanente, identificação, ordenação e divulgação do valioso conjunto documental produzido pela administração pública municipal desde meados do século XVI até a primeira metade do século XX. O acervo do Arquivo é reconhecidamente de valor probatório e histórico-cultural. Ver: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo\\_historico/publicacoes/index.php?p=83](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=83) Acesso em 01 out. 2013.

A revista publicou um total de 204 volumes, entre os anos de 1934 e 2013. Dentre todos os volumes analisados, localizamos um total de 9 trabalhos acerca da fotografia, entretanto, todos os artigos tratavam a fotografia como fonte de pesquisa histórica e/ou de forma ilustrativa.

#### ► **Revista Registro**

É uma publicação anual do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba<sup>15</sup> – SP – especializada na área de arquivística e outras áreas correlatas. A *Revista Registro* almeja contribuir para o preenchimento de uma lacuna existente na comunidade arquivística do Brasil, a de publicações especializadas na área. Dentre as poucas revistas editadas por instituições arquivísticas, quase todas são mais revistas de história. *Registro* tem como objetivo tornar-se um ponto de referência para aqueles que desejam estar em dia com os debates teóricos e as experiências que cercam a área de atuação profissional da arquivística. Salientamos que diferente da grande maioria das revistas aqui analisadas, *Registro* conta com uma seção *O Arquivo em foco*, dedicada aos relatos de trabalhos desenvolvidos na própria instituição.

Encontramos disponível para consulta *online* os 6 volumes, entre os anos de 2002 a 2008. Analisamos todos os números disponíveis e não localizamos nenhum artigo especificamente dedicado à fotografia. No primeiro número da revista, chamamos a atenção para o artigo de Solange Sette G. (Ano I, n.1, jul. 2002) sobre “A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados” no qual toca também no documento fotográfico dentro do contexto de arquivo em relação aos procedimentos de preservação.

#### ► **Revista do Arquivo Público Mineiro – APM**

Conhecida como APM – Revista do Arquivo Público Mineiro – teve sua primeira edição em 1896 sendo uma publicação semestral. Tem como objetivo cuidar da produção e divulgação da historiografia mineira, através de estudos realizados em

---

15 O Arquivo Público de Indaiatuba custodia, preserva e dá acesso à documentação da Prefeitura e Câmara de Indaiatuba, SP. Custodia também alguns fundos privados, de pessoas e instituições ligadas à história da cidade. Além desses fundos, o arquivo mantém suas próprias coleções, entre elas as de periódicos e de fotografias. Seu acervo é composto por 3 mil metros lineares de documentos, somada a documentação em fase intermediária de guarda e a documentação de guarda permanente. Instalado em 1994, o Arquivo Público Municipal, órgão da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, é pioneiro no que se refere à guarda e preservação da documentação pública municipal no Brasil, integrando, como representante dos arquivos municipais brasileiros, a equipe de pesquisadores que definiu as bases da política nacional de arquivos, no interior do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) na década de 1990. Informações disponíveis em: <http://pt.scribd.com/collections/2594358/Arquivo-Publico-de-Indaiatuba-SPAI> Acesso em 03 out. 2013.

documentos originais, transcrições, entre outras ferramentas de auxílio à pesquisa, pertencentes ao acervo custodiado pela instituição mineira<sup>16</sup>.

A nossa pesquisa pautou-se nas edições disponíveis em meio eletrônico. Com isso pudemos analisar os 55 volumes publicados entre 1896 e 2011. Ressaltando que apenas os números que iniciam a partir da década de 70 são interessantes para o escopo dessa pesquisa, uma vez que os números anteriores trazem a transcrição de documentos presentes no acervo da Instituição. Foram identificados 4 artigos com a temática fotografia, sendo que 2 (Ano XLII, n. 1, jan./jun/2006 autores Camillo Jorge Santos Oliveira, Natália Cosse Batista, Arnaldo de Albuquerque Araújo e Ano XLIII, n.1, jan./jun/2007 de Gilvan Rodrigues dos Santos) apresentam uma abordagem mais focada no tratamento de conservação e preservação de acervos de imagens que utilizam as tecnologias digitais para a realização de tal tarefa. Os outros 2 artigos encontrados na publicação do Ano XLV, n.1, jan./jun-2009 por sua vez, tratam a fotografia como um objeto de coleção, como um suporte para a história local.

#### ► **Revista Ágora**

Editada pelo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e pelo Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) essa revista divulga tanto artigos como resenhas de livros nas áreas de Arquivologia, Administração de Arquivos, Arquivos digitais, documentação, história e sociologia aplicada aos arquivos. A Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (fundada em 03 de maio de 1985) declarou a Revista Ágora de Utilidade Pública através da Lei Estadual n.6.649, de 03 de outubro de 1985 e a Lei Municipal n. 3.369, de 14 de maio de 1990.

O formato digital foi disponibilizado na internet a partir de 26 de setembro de 2011. Analisamos 23 volumes representados em 46 números, além dos 7 números especiais, logo um total de 53 números entre os anos de 1985 a 2013.

Nesse período identificamos 3 artigos que tratavam a respeito da fotografia: “A preservação da memória do Hospital do Câncer de Londrina: proposta de organização do arquivo fotográfico” de Rosane Alvares Lunardelli, Izângela Maria Sansoni Tonello publicado no v.22, n.44 de 2012; “Catálogo onomástico das imagens fotográficas identificadas em livros no acervo da biblioteca apoio e divulgação cultural” de autoria Maria Goreti Pagani do v.17, n.36 do ano de 2002; “A Pesquisa Histórica Através do

---

<sup>16</sup>Informações disponíveis em: <http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=5&con=325#2> Acesso em 02 out. 2013.

Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de Blumenau” de Cristina Ferreira, n.6, do ano de 1994 (Edição Especial). Sendo, portanto, apenas o primeiro supracitado que encontra-se dentro da temática de tratar a fotografia como um documento de arquivo.

No entanto, observamos que no volume 13, número 28, do ano de 1998, foi publicado um “Manual de procedimentos para organização de acervos fotográficos” de autoria de Cleuza Regina Costa Martins. O Manual, por sua vez, não entra na discussão da fotografia ser um documento de arquivo, apresenta um histórico acerca da fotografia e orienta sobre a conservação, processamento técnico, indexação e análise, acondicionamento, guarda e empréstimo.

### ► Revista Em Questão

Publicada, a partir de 2003, pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS), em substituição à “Revista de Biblioteconomia & Comunicação”. São os pesquisadores, professores, profissionais e estudantes das áreas de Informação e Comunicação que dirigem essa revista que tem como foco a divulgação de estudos e resultados de suas pesquisas, e áreas afins e expor eventualmente dossiês temáticos, que são reunidos através da contribuição de especialistas nos respectivos campos.

A Revista manteve edições impressas e eletrônicas simultaneamente, ou não, até o ano de 2012, quando fica disponível apenas eletronicamente. Analisamos no período de 2003 a 2013 os 23 números e identificamos 6 artigos que tratam a fotografia: “Projeto BIOS: a fotografia como elemento de percepção, visão e interferência nas questões ambientais” de Mário Bittencourt Monteiro, v.10, n.2, 2004; “A imagem para além do bem e do mal: prelúdio de uma leitura hermenêutica de Eduardo Yuji Yamamoto, v15, n1, 2009; “Sobre a imperfeição fotográfica: as imagens fixas e seus deslizamentos de movimento” de autoria Elane Abreu, v.16, n.2, 2010; “Cotidiano e Experiência na Fotografia Contemporânea” de Victa de Carvalho, v. 17, n. 1, 2011; “Guardião de imagens: ‘memórias fotográficas’ e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina” de Paulo César Boni e Maria Luisa Hoffmann, v.17, n.2, 2011; “Da porta para dentro: Nan Goldin, Cia de Foto e as poéticas da intimidade na fotografia contemporânea” de Omar Gonçalves Dos Reis Filho, Larissa Souza Vasconcelos, v.18, n.1, 2012 e o interessante é que nenhum deles trata a fotografia como um documento e sim como um apoio na pesquisa, ou como um objeto de coleção.

Abaixo apresentamos um quadro com o resumo do resultado geral da referida pesquisa:

<b>QUADRO COM RESUMO DO RESULTADO GERAL DA PESQUISA</b>			
<b>Nomes das Revistas</b>	<b>Período</b>	<b>Total de volumes pesquisados</b>	<b>Total de artigos encontrados</b>
<b>Revista Acervo</b>	1986-2013	26	17
<b>Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro</b>	2007-2013	06	03
<b>Revista Arquivo &amp; Administração</b>	1972-2013	56	09
<b>Revista Arquivo &amp; História</b>	1994-1998	12	0
<b>Revista Arquivística.net</b>	2005-2008	08	0
<b>Revista do Arquivo</b>	2004-2013	12	04
<b>Revista Histórica e a sua versão online</b>	1993-2013	75	11
<b>Revista do Arquivo Municipal</b>	1934-2013	204	09
<b>Revista Registro</b>	2002-2008	06	0
<b>Revista do Arquivo Público Mineiro</b>	1896-2011	55	04
<b>Revista Ágora</b>	1985-2013	53	03 e 01 manual
<b>Revista Em Questão</b>	2003-2013	23	07

Quadro 1 – Resumo do resultado geral da pesquisa

### **3.2 A presença de trabalhos sobre fotografias em arquivos nas Revistas do âmbito arquivístico**

Dentre o universo pesquisado, foi possível delimitar a existência de três grupos distintos de estudo, tendo como parâmetro de classificação o enfoque apresentado nos artigos encontrados. O primeiro grupo apresenta trabalhos que procuram trazer discussões do universo arquivístico aplicadas à fotografia, objeto desse estudo. Esse grupo diferente do segundo grupo não se restringe às questões puramente técnicas sobre o tratamento de conservação do acervo fotográfico, mas sim compreendendo-o como um componente de um determinado fundo, e questionando-o a partir de preceitos teóricos ou metodológicos da arquivística.

O segundo grupo, refere-se, como dito anteriormente, às questões relacionadas a preservação e conservação dos registros imagéticos, no intuito de auxiliar os profissionais e as instituições de guarda a adotar procedimentos que possibilitem o aumento da vida útil do acervo e melhor tratamento deste. Notamos que a maioria desses trabalhos trata a fotografia como item de coleção. Já o terceiro grupo, por sua vez, diz respeito à fotografia tratada como fonte histórica / pesquisa; recurso jornalístico, registro de memória, fotojornalismo entre outras abordagens.

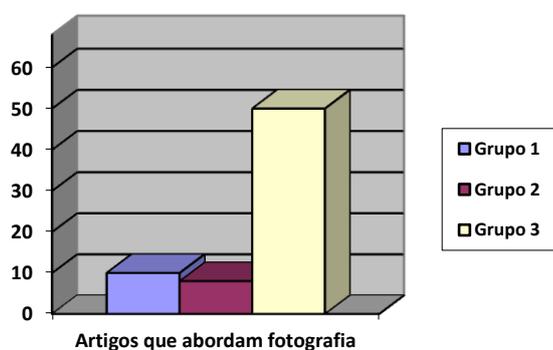
Observamos que a maioria dos artigos encontrados se enquadrava no terceiro grupo. Entretanto, é digno de nota que apesar de ser pouco abordada a temática da fotografia como um documento de arquivo ou dentro do contexto da arquivística identificamos um número maior de artigos dentro desse primeiro grupo do que em relação ao segundo, por exemplo, que trata das questões de conservação e preservação (questões de técnicas de tratamento). E uma das justificativas seria a existência de importantes manuais como o do IBAC e CPDOC que são utilizados até hoje por diversas instituições.

Abaixo temos o quadro com o resumo do total de artigos separados por grupos:

<b>QUADRO COM O TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS SEPARADOS POR GRUPOS</b>	
<b>GRUPOS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1º GRUPO:</b> Fotografia como documento de arquivo e/ou dentro do contexto da arquivística	<b>10 artigos</b>
<b>2º GRUPO:</b> Aspectos relacionados a preservação e conservação da fotografia	<b>08 artigos</b>
<b>3º GRUPO:</b> Fonte histórica/pesquisa; recurso ilustrativo; fotojornalismo; registro de memórias; entre outros	<b>50 artigos</b>

Quadro 2 - Total de artigos separados por grupos

Podemos observar no Gráfico 2 abaixo a distribuição de artigos localizados dentro dos três referidos grupos:



**Gráfico 2 – Divisão por grupo**

Consideramos importante apresentar alguns artigos localizados em determinadas revistas levantadas no intuito de proporcionar os principais pontos abordados pelos autores dentro da grande temática, a fotografia. O critério para a escolha dos artigos foi a pertinência do assunto tratado por eles para a representação da fotografia no campo arquivístico.

No ano de 1977, a revista *Arquivo & Administração* foi uma das primeiras a publicar um trabalho voltado para a organização dos arquivos fotográficos. As autoras Marilena Leite Paes e Heloisa Helena Riani Marques divulgaram nesta edição o estudo

intitulado *Arquivos Fotográficos*. É interessante observar a preocupação das autoras com a noção equivocada dos arquivistas que julgavam fazer parte do seu trabalho apenas a manipulação dos documentos tradicionais. Os demais documentos, como fotografias, filmes, discos, entre outros, eram de responsabilidade dos profissionais responsáveis pelos arquivos técnicos.

Nesse sentido, Paes e Marques (1977) apresentam em seu texto que no intuito de melhor capacitar os futuros profissionais de arquivo, os programas de disciplinas dos cursos superiores, buscam oferecer conhecimento e técnica para que esses possam tratar os documentos com características peculiares. Com isso, os estudos dos arquivos especializados e dos arquivos especiais foram incluídos nos currículos de estudo, afirmando que ambos arquivos se inserem no campo da arquivologia e que o mesmo possui tanto princípios quanto técnicas adequadas para a sua organização.

É interessante perceber que neste estudo as autoras citam o exemplo dos procedimentos da Fundação Getúlio Vargas – FGV- para o tratamento do seu arquivo fotográfico, onde utilizava o método UNITERMO justificando que era o mais indicado para o caso deles, fundamentalmente, por apresentar simplicidade em sua operação, rapidez de acesso e localização e fornecer inúmeras possibilidades de recuperação das fotografias desejadas.

O estudo de Lucia Lahmeyer Lobo publicado na mesma revista *Arquivo & Administração*, em 1986, sob o título de *Avaliação e Seleção de Fotografias* é um dos raros que buscam oferecer algumas diretrizes no que diz respeito à questão da avaliação e seleção nos acervos fotográficos de instituições que tenham caráter científico-cultural. Segundo a autora, o seu trabalho visa apresentar “quatro critérios básicos relacionados à avaliação e seleção de fotografias: análise de conteúdo (temático e estético), estado de conservação, qualidade técnica e existência de duplicatas” (LOBO, 1986, p. 34).

Lobo (1986, p. 34) identifica que, devido ao grande aumento na produção documental ao longo dos séculos, faz-se necessário a elaboração e aplicação “de um plano de triagem, baseado em critérios que permitam a preservação dos documentos que ofereçam valor probatório e ou informativo”.

Assegura ainda que é uma tarefa da arquivística produzir trabalhos que definam os parâmetros a serem seguidos para aplicabilidade da avaliação e seleção das fotografias em seus acervos, salientando que não se encontra na literatura normas estabelecidas para avaliação e seleção em relação às novas formas de registro, tal como a fotografia, diferentemente do que ocorre com os documentos textuais.

Outro ponto relevante levantado pela autora é a questão acerca da degradação do suporte fotográfico, afinal, esse é um dos principais motivos de descarte desses documentos nos acervos. Ou seja, a “eliminação natural ocorre a todo instante devido a problemas de origem química e física, tais como hidrólise, fungos, resíduos e hipossulfito, ferrugem, traças, etc” (LOBO, 1986, p. 34).

Com a administração dos procedimentos de avaliação e seleção nos registros fotográficos, a autora afirma que a utilização dos recursos na conservação adequada desses documentos seria feita de maneira mais racional. Destaca também que deveriam ser aplicados sobre a fotografia os mesmos critérios de descarte utilizados para os documentos textuais.

Na revista *Acervo* encontramos um artigo *Documentação especial em arquivos públicos* dos autores Brandão e Leme (1986) em que tratam, conforme explicitado em seu título, de documentos que não são os tradicionais, textuais, nos arquivos públicos. Os autores reconhecem que as “formas de registro de informações acompanham e refletem” as transformações culturais e tecnológicas vividas pela sociedade e, com isso, voltam a sua atenção para as “novas formas de registro, em virtude de seu significado para a arquivologia” (BRANDÃO; LEME, 1986, p. 51).

Dessa forma,

Muitos dos documentos gerados no passado e considerável parcela dos atuais, por suas características próprias e cuidados específicos requeridos para sua preservação e tratamento, devem ser incluídos na grande categoria denominada *documentação especial*. Trata-se, [...] de uma categoria muito ampla, mas que abrange essencialmente documentos não escritos e/ou com características especiais, tais como o suporte não convencional (composição físico-química diversa do papel comum), ou, no caso da utilização do papel, em formatos e dimensões excepcionais, além da linguagem diferenciada (não textual) (BRANDÃO; LEME, 1986, p. 51).

Esses documentos, chamados de *documentos especiais* por Brandão e Leme (1986, p. 52) e por muitos outros na área arquivística, produzidos através de novas formas de registro, incluem a documentação audiovisual e enquadrando-se neste tipo “os fotográficos, tais como o diapositivo e a própria fotografia; os fonográficos ou sonoros, como os discos e as fitas magnéticas de som; os filmográficos e os videográficos”.

Como observa Brandão e Leme (1986, p. 52), esses documentos considerados especiais causaram alguns transtornos para os arquivos públicos brasileiros visto que uma grande quantidade se acumulou e provocou infortúnios como acondicionamentos inapropriados e diversas ocorrências de falhas na recuperação da informação. O trabalho ressalta que os documentos, seja em qualquer suporte, não necessitam serem

armazenados juntos, bastando que sejam respeitados o princípio da organicidade e o da proveniência no momento da organização do acervo.

No entanto, uma das problemáticas apresentadas pelos autores é exatamente essa: a organicidade dos documentos audiovisuais, por exemplo. Segundo Brandão e Leme (1986, p. 52), “a atribuição de uma única e precisa origem é tarefa difícil e delicada de se definir” e por isso existem diferenças no que diz respeito aos fundos audiovisuais e coleções audiovisuais. São elas:

[...] fundo audiovisual entendemos os grandes conjuntos documentais existentes em órgãos que contam como atividade fundamental e contínua a produção e acumulação orgânica de documentos audiovisuais que se encontram em conjuntos homogêneos e possuem séries documentais sobre um mesmo suporte. [...] coleções audiovisuais os documentos que, em virtude de seu suporte e linguagem, se distinguem das demais peças existentes em conjuntos documentais mais amplos, em instituições que não têm como atividade fundamental e contínua a produção e acumulação orgânica dessa espécie documental. (BRANDÃO; LEME, 1986, p. 52-53).

É justamente o fato de que “os arquivos devem arranjar os documentos respeitando, antes de tudo, a proveniência, a organicidade e a natureza do material”, que nos leva a buscar, conforme explicitado pelos autores, atitudes racionais perante esses documentos e um tratamento adequado que proporcionará com isso “resultados adequados na recuperação da informação” (BRANDÃO; LEME, 1986, p. 53).

Os autores chamam a atenção também para o caso da *fotografia* e do *disco*, expressando que

[...] embora integrem um fundo ou série, possuem uma linguagem própria, uma autonomia de informação que permite sejam tratados de maneira individual. É ao explorar ao máximo a potencialidade da informação desses documentos que podemos descrevê-los unitariamente, mas sem perder de vista sua proveniência e sua organicidade. Outros motivos que podem levar à adoção destas técnicas são as características tanto do suporte quanto das exigências de preservação, que nos obrigam muitas vezes a fazer a separação física dos fundos, em função do tamanho não padronizado dos documentos, sua composição química etc. (BRANDÃO; LEME, 1986, p. 54-55).

No entanto, o caso da fotografia não é diferente, sendo um documento de arquivo, apesar de serem susceptíveis a diferentes interpretações de conteúdo, estas devem ser organizadas respeitando seu contexto de produção, como são feitos com os documentos textuais. Visto que este é um dos elementos primordiais na área arquivística e o responsável pela compreensão da gênese documental.

Ainda na revista *Acervo*, em 1987, localizamos o trabalho *A Fotografia como fonte histórica: experiência do Cpdoc*<sup>17</sup> feito em parceria pelos pesquisadores do Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas, Lúcia Lahmeyer Lobo, Ana Maria de Lima

<sup>17</sup> Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), da Fundação Getúlio Vargas, criado em 1973. (LOBO; BRANDÃO; LISSOVSKY, 1987, p. 45)

Brandão e Maurício Lissovsky. No referido artigo, buscaram apresentar a relação da fotografia com a disciplina histórica, realçando que a utilização da fotografia como fonte histórica foi por muito tempo pouco difundido e que a intenção do estudo não é aprofundar-se nos motivos de tal prática. No entanto, Lobo, Brandão e Lissovsky (1987, p. 39) lembram que “a valorização da escrita determinou, em grande parte, que os estudiosos relegassem a fotografia à mera ilustração de seus trabalhos”.

Os autores desenham em seu trabalho um panorama do desenvolvimento da fotografia na sociedade e o seu uso pelo fotojornalismo, como fonte histórica. Observam que “a importância desse estudo configura-se na capacidade de a fotografia, utilizada como veículo informativo ou como propaganda comercial e política, mobilizar a opinião pública e conformar o padrão de comportamento em geral” (LOBO; BRANDÃO; LISSOVSKY, 1987, p. 43).

Os pesquisadores que pretendem fazer uso da fotografia como fonte em seus trabalhos encontram dificuldades, na medida em que

[...] essas dificuldades advêm, principalmente, da dispersão das fontes, da ausência de instrumentos de pesquisa que informem sobre sua localização e do reduzido número de estudos sobre a história da fotografia, afora as péssimas condições de preservação em que se encontram tais documentos (LOBO; BRANDÃO; LISSOVSKY, 1987, p. 43).

De acordo com o estudo, faz-se necessário reconhecer que, assim como os documentos tradicionais, a fotografia também possui as suas limitações, além de expor que é indispensável o conhecimento acerca de alguns dados desses registros, como tecnologia empregada, tempo, espaço, autoria, entre outros.

A experiência do CPDOC, instituição de guarda de arquivos pessoais da qual os autores são representantes, é um ponto importante nesse trabalho, pois são assinaladas a trajetória da fotografia nessa instituição que criou um setor especializado com o intuito de preservar e organizar os documentos fotográficos encontrados nos arquivos privados de homens públicos. Salienta-se que as fotografias eram localizadas, na maioria dos casos, em “anexo aos documentos escritos, ora com função informativa, ora afetiva, ora com caráter de prova conclusiva sobre os fatos narrados: ‘o ver para crer’” (LOBO; BRANDÃO; LISSOVSKY, 1987, p. 45).

Além de cuidar da preservação e organização das fotografias, a instituição procurou estimular a utilização da fotografia “como fonte histórica, e não apenas como ilustração, incentivar a leitura de imagens, seu potencial didático” (LOBO; BRANDÃO; LISSOVSKY, 1987, p. 50). Afinal, para os autores, é fundamental para a preservação

desse registro, não apenas a elaboração de inventários e repertórios, como também trabalhos voltados para o campo da história da fotografia, e para tanto é essencial que os pesquisadores possuam familiaridade com as fotografias e com suas múltiplas possibilidades de pesquisa.

Este artigo, em que pese sua abordagem está mais relacionado às questões históricas relativas ao uso da fotografia como fonte, foi aqui selecionado tendo em vista a dupla articulação que os autores tentam fazer ao discutir teoricamente o uso da imagem como fonte, citando um caso de organização de arquivos fotográficos numa instituição de arquivos e trazendo alguma luz sobre questões técnicas desses documentos em acervos.

Outros artigos que merecem menção foram publicados na já mencionada revista *Acervo*, que lançou um volume especial sobre Fotografia no ano de 1993. Como dito, destacamos 3 artigos desse número, visto que identificamos apenas nesses a temática da fotografia voltada para o arquivo. Nessa edição foram divulgados diversos trabalhos que utilizam os registros fotográficos na construção ou na preservação da memória, como imagens representativas do passado ou fontes de pesquisa. É interessante notar que questões referentes a conservação e preservação também foram contemplados.

Identificamos o estudo de Aline Lopes de Lacerda sob o título *Os Sentidos da Imagem: fotografias em arquivos pessoais*, que discute questões referentes ao potencial informacional das fotografias no interior dos arquivos pessoais. Uma vez que, segundo a autora, existem diferentes variáveis que devem ser ponderadas tanto pelos profissionais responsáveis pela organização do acervo quanto pelos seus usuários para que se possa oferecer “uma visão e entendimento mais abrangentes da fotografia como fonte de informação e fonte para o estudo da história” (LACERDA, 1993, p.41).

Dessa forma, Lacerda (1993) expõe questões referentes ao processo de catalogação de fotografias, ressaltando a existência de uma gama de possibilidades de informações a serem consideradas nesta prática pelas diferentes instituições. Ademais, destaca que no caso de um arquivo pessoal as “informações são geralmente encontradas na própria fotografia, ou em outras fontes, tais como documentos manuscritos e recortes de jornais integrantes do mesmo arquivo” (LACERDA, 1993, p. 42) e essas, por sua vez, serão aproveitadas na descrição da fotografia.

Um aspecto fundamental realçado pela autora Lacerda (1993) é o fato de que numa organização arquivística os documentos – no caso as fotografias – recebem um

código<sup>18</sup> que o remeterá à ordenação do documento no interior do arquivo, e o informará a respeito do fundo ao qual pertence aquela imagem, ou seja, o arquivo de determinado titular. Através desse procedimento, o respeito à proveniência estará garantido tornando possível a identificação do contexto de produção e acumulação do registro fotográfico.

O artigo de Maria Lúcia Cerutti Miguel, cujo título é *A Fotografia como Documento: uma instigação à leitura*, fruto de seu trabalho desenvolvido como chefe do Setor de Documentos Iconográficos do Arquivo Nacional. A autora elucida que não há consenso em relação ao uso da fotografia como fonte e que a sua intenção não é valorizar um tipo de informação ou interpretação (seja a fotográfica, verbal ou escrita) em detrimento de outras possibilidades. Portanto, o escopo deste trabalho desenvolve-se sob as “questões teóricas da fotografia como fonte, reunindo neste texto as reflexões que desenvolvemos paralelamente ao trabalho empírico de organização e tratamento de acervos fotográficos em arquivo.” (MIGUEL, 1993, p. 121).

Miguel (1993) realizou em seu estudo um breve histórico acerca do uso da fotografia pela historiografia, enfatizando que nos primórdios a fotografia era uma fonte renegada pelos historiadores, além de explicitar a trajetória da fotografia nas instituições de arquivo, que por sua vez, tiveram a sua finalidade modificada e ampliada ao longo dos anos. Assinala também as mudanças nos arquivos, que deixam de ser unicamente “depósitos de atos oficiais resultantes de atividades econômicas ou administrativas” (MIGUEL, 1993, p. 123), e transformam-se em “instituições destinadas a recolher, organizar, conservar e tornar acessíveis os documentos da memória coletiva” (MIGUEL, 1993, p. 123), contribuindo para a ampliação da definição de documento que, a partir dessas modificações,

abrange o documento escrito, o ilustrativo, o microfilmado, o fotográfico – tais como o diapositivo e a própria foto – o fonográfico ou sonoro como os discos e as fitas audiomagnéticas, o filmográfico, como as películas cinematográficas e as fitas videomagnéticas, além de outros que surgem e se aprimoram graças ao desenvolvimento tecnológico (MIGUEL, 1993, p. 123).

A autora relata ainda que a fotografia será utilizada pelas ciências sociais, a partir da década de 1980, como legítima fonte histórica para o restabelecimento do passado. Os historiadores pertencentes à história social e à história das mentalidades,

---

18 A autora explicita a questão do *código* dando o exemplo empregado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Segundo Lacerda (1993) o código das fotografias é composto pelas iniciais do nome do titular do arquivo acrescido de uma numeração sequencial correspondente à ordenação do documento no arranjo estabelecido. (LACERDA, 1993, p. 53).

além de antropólogos e sociólogos, farão uso da fotografia como um mecanismo complementar para suas pesquisas.

O acervo fotográfico do Arquivo Nacional, de acordo com a autora, é proveniente tanto do recolhimento legal dos órgãos da administração pública federal quanto de doações particulares. Tal acervo é tratado por um setor específico dentro da instituição e este “tem como funções básicas preservar, organizar os documentos, respeitando, antes de tudo, a proveniência (fundo), a organicidade e a natureza do material, e torná-los acessíveis a seus usuários” (MIGUEL, 1993, p. 127).

O terceiro artigo da revista de autoria de Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, tem o título de *Novas Fontes para o Estudo do Século XIX – O acervo fotográfico da Biblioteca Nacional e o projeto de conservação e preservação PROFOTO*, outro trabalho publicado na edição especial sobre fotografia do Arquivo Nacional que expõe uma experiência institucional, no caso o da Biblioteca Nacional, em relação ao seu acervo fotográfico.

Apresenta neste artigo que o projeto era parte do trabalho de conscientização e disseminação de informações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Preservação e Pesquisa da Fotografia da Funarte, que teve início nos anos de 1980. A equipe de trabalho era composta por profissionais de diferentes áreas e instituições e tendo como objetivo o tratamento de todo o acervo da Divisão de Iconografia, Divisão de Manuscritos, Divisão de Música e Arquivo Sonoro. Andrade (1993), no entanto, abordou em seu trabalho apenas as questões de conservação dos acervos fotográficos. O autor não contempla questões como organização documental, arranjo e/ ou descrição das fotografias, mas o estudo é válido para os nossos propósitos no intuito de exemplificar que a temática também é uma preocupação de profissionais que trabalham em bibliotecas.

Em relação à produção sobre fotografia na *Revista Histórica* do Arquivo Público de São Paulo, temos o texto de Marli Marcondes, *Conservação e preservação de coleções fotográficas*, divulgado em 2005. Em seu trabalho, a autora sustenta que “a imagem fotográfica atesta apenas aquilo que é mostrado, ou seja, não permite conotações por tratar-se de uma mensagem sem código” (MARCONDES, 2005, p. 2) e com isso, “o seu valor como documento e a importância de sua presença nos arquivos é atualmente inquestionável” (MARCONDES, 2005, p. 2). Pondera ainda que, em relação à sua constituição material, esses registros ainda são poucos conhecidos na maioria das instituições.

No decorrer de seu estudo, Marcondes (2005) busca expor um breve histórico dos diversos processos de conservação criados e utilizados pela área ao longo dos anos, no entanto, expressa que muitos desses processos não são conhecidos por muitos profissionais de arquivo. Tal fato justifica-se por não haver no Brasil uma formação específica na área de conservação e preservação de fotografias.

No mais, trata das questões específicas de procedimentos de conservação, afirmando que cabe ao conservador realizar um diagnóstico para analisar o estado de degradação da fotografia. Salienta os pontos importantes no que se refere ao acondicionamento desse material, à sua preservação e à necessidade e possibilidade de se realizar a restauração da mesma. É digno de nota que a autora em nenhum momento aborda a questão da organização arquivística (arranjo ou classificação) e acreditamos que isso se justifique pela autora estar tratando como uma coleção fotográfica e, assim, o material provavelmente estaria ganhando um tratamento individual.

Um trabalho bastante representativo para a temática desta pesquisa é o artigo *Imagens e documentos fotográficos em arquivos* de André Porto Ancona Lopez, publicado em 2009, na revista *Arquivo & Administração*. O referido estudo encontra-se entre os mais recentes que temos acerca dos documentos imagéticos nele o autor explicita acerca das questões que envolvem a disponibilização arquivística das imagens tendo como foco o respeito a organicidade arquivística dos aludidos documentos.

Lopez (2009) afirma que nos arquivos, após a invenção da fotografia na primeira metade do século XIX – lembrando que não se tornou um recurso para a produção de documentos administrativos logo no início –, é ela o material de maior ocorrência dentre os documentos imagéticos<sup>19</sup>.

O fato de a fotografia ter demorado a ser incorporada às práticas de registro das ações administrativas “provocou uma valorização do registro fotográfico como imagem, em detrimento de seu papel enquanto documento” (LOPEZ, 2009, p. 60). E isso se perpetuará por muito tempo nas instituições arquivísticas através do tratamento diferenciado proposto aos documentos imagéticos. Em outras palavras, o procedimento oferecido aos documentos fotográficos no que diz respeito à organização e preservação,

---

<sup>19</sup>Lopez afirma que prefere “adotar o termo ‘imagético’ para designar os conteúdos expressos por imagens” (LOPEZ, 2009, p.60), pois entende que “o tradicional ‘iconográfico’, por sua etimologia, restringe as manifestações de imagens aos ícones passíveis de serem decodificados através de um sistema de representação dos significados, a leitura. Nem todas as imagens são icônicas, ou somente icônicas e nem todas as imagens são passíveis de serem ‘lidas’” (LOPEZ, 2009, p. 60).

frequentemente, é baseado nas teorias e nos métodos das instituições de guarda que têm como objetivo fornecer o acesso de maneira mais ampla possível ao público.

Outro ponto importante abordado pelo autor é a questão da identificação da gênese do documento fotográfico, que seria a única forma de se evitar os erros provocados “pelo caráter polissêmico da imagem, ou seja, a ausência do conhecimento do significado original da imagem, em função da ausência de informação contextual, pode gerar um uso errôneo” (LOPEZ, 2009, p. 63) do documento fotográfico.

É importante elucidar os dois principais modelos que, segundo Lopez (2009), são empregados na organização de imagens fotográficas nos arquivos. O mais aplicado é o modelo de organização inspirado na área da biblioteconomia, disposto de acordo com o conteúdo. Já o mais apropriado para ser utilizado pelos arquivos é a organização aplicada levando-se em consideração o contexto de produção do documento.

O autor analisa o primeiro modelo como sendo uma prática que prioriza “a recuperação da informação visual presente na imagem, estando mais ligadas à gestão de informações do que à gestão de documentos” (LOPEZ, 2009, p. 67); além disso, “tendem a agrupar os documentos fotográficos como uma única série (ou classe, ou mesmo uma coleção à parte), tendo como referência os interesses de pesquisa de um grupo e as necessidades das técnicas para a preservação dos suportes” (LOPEZ, 2009, p. 67), colocando em segundo plano o contexto de produção da fotografia.

De acordo com Lopez (2009) a segunda linha de atuação, por sua vez, faz uso de uma abordagem contextual, tendo como alicerce os princípios arquivísticos. Com isso, o autor aponta que essa “está mais ligada à gestão de documentos, ao procurar levar em consideração a recuperação de conjuntos documentais pelas funções e atividades administrativas que os geraram”(LOPEZ, 2009, p. 67). Dessa forma,

[...] um mesmo fundo arquivístico pode ter séries diferentes compostas por documentos fotográficos. [...], a classificação (ou arranjo) do fundo vem em primeiro lugar e é a condição *sine qua non* para que as atividades arquivísticas de descrição e recuperação de informação possam ocorrer (LOPEZ, 2009, p. 67).

Nessa perspectiva, as técnicas de recuperação do campo biblioteconômico são empregadas na segunda etapa (às vezes como complemento), quando são feitas as descrições e, por algum motivo, faz-se necessário uma descrição por conteúdo. De um modo geral, o autor sinaliza que podemos distinguir as duas abordagens através da imprescindível “distinção entre gestão de documentos de arquivo e gestão da informação”(LOPEZ, 2009, p. 67). Sendo que “a gestão documental recai sobre os

documentos arquivisticamente contextualizados, enquanto a gestão de informações concentra-se no conteúdo imagético dos documentos” (LOPEZ, 2009, p. 67). No entanto, uma não exclui a outra.

Desse modo, na interpretação do autor “quando a organicidade é levada em consideração, o documento fotográfico deixa de ser visto como um ‘arquivo especial’” (LOPEZ, 2009, p. 67). Sendo assim, documentos de arquivo, inclusive os documentos fotográficos, compõem um todo orgânico que reflete as atividades às quais se encontram vinculado. Em outras palavras, exprimem as ações de seus produtores na prática de suas funções. Por isso um documento, para ser considerado um documento de arquivo, deve ter ponderado a sua origem ou função, e não o seu formato ou suporte.

Do exposto, observa que as publicações das revistas na área arquivística, sendo em sua grande maioria, divulgações dos arquivos públicos reflete o tratamento oferecido às fotografias em suas instituições. Notamos, através das revistas pesquisadas certa falta de interesse em relação ao documento fotográfico como um documento de arquivo. Identificamos muitos trabalhos em que a fotografia é utilizada como ilustração, como fonte histórica, ou acerca da preocupação com a sua conservação e preservação, mas poucos que tratavam especificamente da fotografia como um documento de arquivo e de sua organização em determinado fundo.

### 3.2.1 Breves comentários acerca dos manuais de tratamento de documentos fotográficos

Sendo a questão de conservação e preservação da fotografia, além da organização e descrição desses acervos, um assunto bem recorrente no campo de arquivo, nas bibliotecas, museus e centros de documentação, pudemos observar, através dos artigos analisados, um interesse de profissionais e de instituições por este assunto. Nas décadas de 1980 e 1990 alguns manuais de tratamento fotográficos foram produzidos por instituições importantes que cuidavam de acervos fotográficos e, devido à sua posição de projeção na área de acervos documentais, imprimiram a essas publicações o caráter de verdadeiras “bíblis”, seguidas pelas administrações públicas de arquivos, mas também por uma infinidade de instituições privadas que detinham acervos de imagens. É o caso de três manuais que analisaremos aqui.

O primeiro, publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, é da década de 1980.

O segundo, promovido pelo Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC, do Ministério da Cultura, é o resultado de reuniões entre diversos técnicos das principais instituições cariocas de guarda de acervos e foi disponibilizado como *preprint* na virada das décadas de 1980 e 1990. Por último, mencionamos o manual publicado na *Coleção Como Fazer*, disponível pela Associação dos Arquivistas de São Paulo. Nossa intenção aqui é tão somente demonstrar como esses manuais ajudaram promover e divulgar formas de tratamento dos acervos ajudando a definir padrões de visão em relação a esses acervos.

Começamos pelo manual publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC<sup>20</sup>, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, que teve a sua primeira versão<sup>21</sup> publicada em 1980 sob o título *Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos*, por considerarmos que seja um trabalho de relevância para o campo arquivístico. Afinal, trata-se de um estudo precursor na produção de metodologia referente aos arquivos privados pessoais no Brasil.

O referido manual busca estabelecer normas de procedimentos para o arranjo e descrição de seu acervo. Cabe salientar que a instituição preocupa-se com a pesquisa, com o valor histórico dos documentos. Por isso, enfatiza que a intenção da organização do acervo é a pesquisa, ou seja, é colocar os documentos à disposição para a consulta do pesquisador. Tal metodologia foi adotada por diversas instituições, entre elas a Academia Brasileira de Letras e a Fundação Oswaldo Cruz.

No que se refere à metodologia sobre o tratamento de fotografias (e os demais documentos considerados audiovisuais) estes eram organizados em séries únicas, por gênero documental, por exemplo, série fotografias, série filmes, séries discos. Na primeira versão do manual (1980), a definição de série era “o conjunto de documentos que compõem uma unidade definida a partir dos critérios de conteúdo ou espécie de material” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1980, p. 3). Em outras palavras, segundo o padrão estabelecido pela metodologia do CPDOC, o arranjo era

---

<sup>20</sup> O CPDOC foi criado em junho de 1973 e trata-se de um dos primeiros centros de memória criados no país.

<sup>21</sup> Cabe destacar que o CPDOC publicou mais três versões de seu manual. Sendo a segunda versão lançada seis anos após a primeira, em 1986, sob o título *Procedimentos técnicos em arquivos privados*. A terceira produção divulgada pelo CPDOC foi em 1994 com o seguinte nome: *Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados*. E o último manual, por sua vez, foi elaborado pela instituição no ano de 1998 intitulada de *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*. Ver: FUNARTE. **Arquivo fotográfico**: estudo preliminar. Rio de Janeiro: Funarte, 1982. 129p.

fundamentado nos aspectos tipológicos dos documentos, ou seja, pela espécie documental, ou por assuntos.

Em relação à descrição dos documentos fotográficos e à sua indexação, seguiam-se os métodos da biblioteconomia, que por sua vez, tem como embasamento o Código de Catalogação Anglo-Americana - AACR2, prática tradicional de descrição desses acervos na maioria das instituições de guarda. O manual defendia que se devia dar às fotografias o padrão de arranjo a partir dos métodos arquivísticos e o padrão de descrição a partir dos métodos biblioteconômicos. Esse método “misto” foi reconhecido, à época, como bastante inovador e interessante, e seguido à risca por inúmeras instituições.

Outro trabalho de interesse é o *Manual para catalogação de documentos fotográficos*, desenvolvido pela Funarte em parceria com a Biblioteca Nacional, em 1993. A Funarte, criada em 1975, foi de grande importância para a história da fotografia brasileira. Em seu interior, é criado o Núcleo Nacional de Fotografia, em 1979, que buscava apoiar a produção contemporânea de fotografias, identificar e alertar acerca da precariedade dos acervos fotográficos no intuito de encontrar soluções para tais problemas. Alguns anos mais tarde, em 1982, esse Núcleo formaria o Instituto Nacional de Fotografia – Infoto, que abrigaria mais tarde o Centro de Conservação e Preservação de Fotografia, o CCPF, atuante instituição na área de acervos fotográficos de todos os tipos, mas no que diz respeito à sua preservação.

Na década de 1990, devido a uma reforma administrativa, vários órgãos do Ministério da Cultura foram extintos. Outros órgãos, com a Funarte inclusive, foram transformadas em uma única instituição: o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBAC. Esse manual ficou conhecido como o “Manual do IBAC”.

O *Manual para catalogação de documentos fotográficos* (1993) apresenta as fotografias como sendo capazes de expor até três dimensões. Sendo a primeira delas a da imagem propriamente dita; a segunda seria a do suporte primário, por exemplo: papel, porcelana, etc.; e a terceira o suporte secundário, como moldura ou cartão-suporte. Com isso, segundo as diretrizes do manual, a organização da coleção fotográfica deve ser feita juntamente com a sua análise para que se possa aumentar o uso desses documentos e propiciar a recuperação de seu conteúdo informativo (FUNARTE-IBAC, 1993, p. 3).

A indexação dos documentos fotográficos também é um ponto abordado no Manual do IBAC. Segundo o trabalho, os profissionais ao realizarem a tarefa de

indexação dos documentos devem utilizar um vocabulário controlado, feito e controlado por especialistas, destacando que a descrição deve dar conta das especificidades apresentadas pelos documentos. Este manual tem como objetivo definir padrões de descrição de imagens fotográficas, atuando num circuito de bibliotecas e de museus (e de arquivos também), que viam a descrição como o ápice do tratamento de fotografias, não importando a classificação ou arranjo do material, já que os assuntos é que dariam essas coordenadas. Tratava-se de identificar os conteúdos das imagens, separá-las de acordo com as temáticas em grupos ou em itens isolados e descrevê-las, além de realizar a indexação para futuras recuperações por assuntos.

Por último, destacamos o manual produzido no âmbito do Projeto *Como Fazer*, que consiste no produto da parceria entre três instituições (Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado e a Associação de Arquivistas de São Paulo – ARQ/SP) que buscaram elaborar e publicar manuais baseados em

[...] uma série de oficinas de trabalho que abordam temas específicos em profundidade, tanto em seu aspecto teórico, quanto metodológico e operacional, capacitando o aluno a planejar e realizar as atividades inerentes aos aspectos da Arquivística em foco. Visa não só o aperfeiçoamento técnico de profissionais que atuam na área, como a difusão de conhecimentos arquivísticos básicos entre os interessados (CASSARES, 2000, p. 9).

Dentro do Projeto *Como Fazer* há uma publicação, de 2002, especificamente sobre fotografia, *Como tratar coleções de fotografia*, em que as autoras, Patrícia de Filippi, Solange Ferraz de Lima, Vânia Carneiro de Carvalho, apontam que ao longo dos anos a fotografia

[...] deixou [...] de ser um mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o status de documento, uma matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da história, acontecimentos e grupos sociais (LIMA; CARVALHO; FILIPPI, 2002, p. 11).

Notam ainda que “essas novas abordagens valorizam duplamente a fotografia porque dão ênfase não somente aos temas que nela aparecem retratados, mas à forma como esses temas são constituídos” (LIMA; CARVALHO; FILIPPI, 2002, p. 11). Nesse sentido, as autoras observam que as características técnicas e formais dos registros fotográficos adotam um desempenho mais importante no entendimento das questões dos temas retratados e que

[...] não é por acaso que o incremento na organização de documentos fotográficos institucionais aconteceu concomitantemente à publicação de repertórios e ao crescimento do uso da fotografia como fonte para a pesquisa. Nessa perspectiva, torna-se fundamental, hoje mais do que nunca, a definição de padrões de qualidade na organização e conservação de fotografias em

acervos institucionais e na produção de instrumentos de pesquisa (LIMA; CARVALHO; FILIPPI, 2002, p. 11).

De acordo com os autores do manual, a organização de coleções de fotografias abrange o arranjo físico e a identificação dos documentos. Na sua forma mais abrangente, tal identificação resultará em um guia; caso a descrição seja mais detalhada, em um catálogo (LIMA; CARVALHO; FILIPPI, 2002, p. 15).

No entanto, percebemos que esse trabalho tem um forte elemento norteador dos trabalhos com acervos fotográficos que é o relativo a pensar nesses conjuntos com a visão de curadoria. As autoras abordam a temática do ponto de vista das coleções e com o intuito que um curador tem: conservar e tratar, de um lado, visando os usos possíveis, de outro. Portanto, deve-se cuidar desses registros com o propósito de permitir/facilitar o seu uso como forma de exploração científica, pedagógica e/ou culturalmente. Por isso mesmo, o estudo detêm-se na questão da conservação e no que se refere à sua organização, as autoras, não priorizam a contextualização documental, mas sim o seu produto final: um guia geral ou catálogo.

Enfim, esses trabalhos, apesar de terem significado marcos de grande importância para o tratamento fotográfico brasileiro, auxiliaram na disseminação do enfoque não arquivístico aos documentos fotográficos que, de resto, era o pensamento hegemônico do período. Ao longo dos últimos anos, no entanto, novos enfoques têm surgido no horizonte dos arquivos fotográficos e se ainda temos poucos estudos sobre o tema, percebemos mudanças significativas em relação à abordagem desses materiais. É o tema do próximo capítulo.

## **4 FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO: UM QUADRO ATUAL DA QUESTÃO**

A fotografia nunca compartilhou com espécies documentais tais como certidões e recibos, dentre outras, de uma mesma concepção originária em relação a uma configuração atrelada a uma função documental. O valor documentário da imagem fotográfica foi socialmente construído, na medida em que o resultado da imagem não era reconhecido como uma representação, mas como um canal transparente da própria coisa representada. (LACERDA,2008, p. 100-101).

Observamos, nos capítulos anteriores, que muitos trabalhos publicados não tratavam a fotografia como um documento de arquivo. Portanto, neste capítulo busca delinear um panorama do quadro atual da produção arquivística referente ao documento fotográfico. Dentro desse cenário notamos que houveram certas mudanças no que diz respeito à teoria e a prática arquivística em relação às fotografias. A própria função dos arquivos se modificou devido às transformações tecnológicas, econômicas e sociais que ocorreram ao longo dos anos na sociedade e com elas ampliou-se a valorização das imagens, não apenas como fontes históricas e culturais por parte de pesquisadores em geral, mas, principalmente como documento de arquivo.

### **4.1 Novas abordagens do Documento Fotográfico**

A fotografia apresenta-se como uma nova perspectiva documental, visto que esse registro organizado dentro do seu contexto de produção e/ou acumulação oferece-nos uma importante fonte de informação. As fontes fotográficas podem ser uma importante aliada na busca por informações, sejam elas com intuito probatório ou informativo de uma determinada atividade. Apesar da pequena proporção identificamos alguns trabalhos do campo da arquivologia que buscam tratar a natureza arquivística das fotografias e a discussão da inserção desses materiais nos arquivos.

Os dois trabalhos de Lopez (1997; 2000) inauguram, no Brasil, uma reflexão sobre o tratamento arquivístico para as fotografias que realmente sejam integrantes de fundos arquivísticos. Neles, aborda as especificidades dos documentos imagéticos em arquivos, criticando o tratamento vigente oferecido a esses materiais que, na maioria dos casos, os coloca como itens de coleção. O autor defende que é possível recuperar o caráter arquivístico das imagens, através da identificação do contexto de produção dos materiais imagéticos no interior de seu conjunto documental.

Neste sentido, o autor observa que os profissionais responsáveis pela organização dos documentos imagéticos tendem a não aplicar o tratamento arquivístico adequado. Lopez (1997) apresenta as justificativas dos organizadores para tal prática, sendo a valorização do conteúdo informacional do documento imagético uma delas. Outra razão seria a predominância do tratamento museológico como consequência da visão das fotografias como objetos de arte e, por isso, um item de coleção por natureza. A preservação física das imagens também se apresenta como um problema no que diz respeito à organização arquivística, pois em nome de um tratamento técnico de conservação e preservação adequado para as fotografias, estas são retiradas do seu contexto de produção sem que esse deslocamento seja referenciado no arranjo ou na descrição documental.

O autor enfatiza, ainda, a questão acerca do tratamento arquivístico: a indexação de imagens. Salieta que a indexação de uma forma geral está relacionada com a questão da percepção (percepção do responsável por realizar a representação). E com isso busca apontar a problemática da representação em imagens, visto que “a indexação de imagens por seu conteúdo abarca somente a percepção do técnico, ou da sociedade presente, que pode ser distinta da representação original do produtor da imagem.” (LOPEZ, 1997, p. 290).

Lopez, em sua tese de doutorado (2000), dá continuidade, de maneira mais aprofundada, às discussões tratadas no trabalho anterior. Afirma que deu início à sua pesquisa após uma experiência de trabalho na organização arquivística do acervo do Arquivo de Negativos do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo. Foi encontrado, relata o autor, um importante material fotográfico no acervo da instituição e, a partir de seu tratamento técnico, diversos problemas relativos à sua organização surgiram. Um fato que chamou a sua atenção foi a organização dada anteriormente às fotografias, uma vez que a metodologia então aplicada não seria a recomendada pela arquivística. O autor acredita que

Em nome da fragilidade do suporte, advogou-se ali a separação dos materiais fotográficos do restante do acervo, antes da elaboração de um plano de classificação. Uma vez que esses dois conjuntos estavam distantes, procedia-se à organização e classificação de cada um, separadamente (LOPEZ, 2000, p. 11-12)

Com isso, o autor expõe que, devido à separação física e classificatória dos documentos fotográficos, a única maneira de estabelecer algum vínculo entre as fotografias e o restante do arquivo era indicando a proveniência por meio do produtor

do acervo. Afirma ainda que “em nome da preservação física dos materiais fotográficos, sacrifica-se a possibilidade de estabelecimento de uma relação orgânica com o restante do fundo de arquivo produzido pelo mesmo titular” (LOPEZ, 2000, p.12).

Lopez (2000) questiona qual seria a justificativa das instituições para oferecer um tratamento diferenciado às fotografias, uma vez que essas são integrantes de um fundo como qualquer outro tipo documental. Por que, então, a elas estaria reservada a separação da lógica aplicada ao todo? O seu questionamento é bastante pertinente para este trabalho:

É certo que o documento fotográfico tem profundas diferenças em relação ao documento textual típico de arquivo; mas, será que tais especificidades são suficientes para justificar um tratamento embasado nas informações veiculadas pela imagem, ao invés do respeito à proveniência e às atividades responsáveis pela gênese do documento? (LOPEZ, 2000, p.12).

Assim, o autor esforça-se para identificar e analisar as especificidades dos documentos fotográficos, a fim de reforçar o seu caráter orgânico dentro de um fundo arquivístico. Pode-se dizer que a opinião do autor é a de que as instituições precisam oferecer o tratamento arquivístico adequado às fotografias em arquivos. E destaca que somente as fotografias pertencentes a coleções fotográficas podem receber tratamento fundamentado apenas no conteúdo da imagem. Acredita-se que a maioria das instituições não consegue identificar as diferenças e aplicam o mesmo procedimento em documentos diferentes e situações diversas.

Os procedimentos individualizados aplicados aos materiais fotográficos numa situação de arquivo, além de não auxiliarem na manutenção da relação de organicidade com os demais documentos, os tornam peças sem conexão com o restante da documentação e com o conjunto como um todo. É importante salientar que este não é o procedimento correto, visto que “o arquivo abandona a idéia de documento único [...] uma vez que a organicidade arquivística volta-se para a recuperação do perfil administrativo da instituição produtora dos documentos” (LOPEZ, 2000, p.14).

O tratamento de fotografias em coleções foi objeto do artigo das pesquisadoras Carvalho e Lima (2000) no qual tratam das fotografias como itens pertencentes ao acervo de museus. As autoras procuraram explorar no texto o uso potencial da fotografia como um documento histórico, ultrapassando, inclusive, os limites da instituição museológica, já que, para elas, questões sobre tratamento de fotografias em coleções históricas “tornam-se pertinentes a todas as instituições que gerenciam e

exploram científica, pedagógica ou culturalmente acervos fotográficos” (CARVALHO; LIMA, 2000, p. 15).

Buscaram discutir, portanto, a noção de coleção a partir da qual trabalharam, afirmando que “coleções constituem a base para a formação de muitos acervos fotográficos brasileiros” (CARVALHO; LIMA, 2000, p. 15). Elas entendem que a formação de coleções, principalmente no universo particular, pode ter a ver com lógicas muito diferentes daquelas que desenham conjuntos fotográficos de outros tipos, uma vez que a “coleção também é objeto de afeto e de experiências sensoriais que decorrem da posse” (CARVALHO; LIMA, 2000, p. 16-17) e que, portanto, o ato de colecionar estaria relacionado com uma forma de prazer, assim, o colecionismo privado, citado pelas autoras em seu trabalho, encaixaria perfeitamente dentro dessa dinâmica.

Dessa maneira, as autoras acreditam que as fotografias possuem uma predisposição para integrar coleções, afirmando que “boa parte da produção fotográfica disseminou-se socialmente levando-se em conta a sua vocação de item colecionável” (CARVALHO; LIMA, 2000, p.20). Observam, ainda que o “coleccionismo fotográfico acabou por caracterizar também uma forma bastante disseminada de sua incorporação aos acervos públicos”. (CARVALHO; LIMA, 2000, p. 20). Frisamos que o trabalho não parte de uma exploração de outro universo produtor de acervos fotográficos – os arquivos –, que apresenta lógica própria de constituição e que é confundido com esses conjuntos colecionados que, realmente, estão por toda parte, desde a invenção da fotografia.

Esta visão das fotografias como “naturalmente” itens de coleção contribuiu para a propagação de um tratamento equivocados aplicados às imagens, que as próprias autoras ressaltam quando tratam da questão da organicidade dos conjuntos documentais. Defendem que até mesmo coleções tem que ser tratadas levando-se em consideração suas informações contextuais (origem da coleção, nome do colecionador, data de colecionamento etc), o que não ocorre devido a supervalorização, nas instituições de guarda desse tipo de acervo, do valor do conteúdo das imagens.

Essas discussões proporcionam muitas formas de tratar a imagem fotográfica, e todas legítimas dependendo do referencial adotado. Por termos diferentes profissionais – fotógrafos, historiadores, bibliotecários, museólogos, arquitetos, entre outros – trabalhado com a fotografia, e sob diferentes pontos de vista, é de grande importância que a arquivística apresente uma metodologia própria para a abordagem das fotografias que integram fundos de arquivo.

É digno de nota que Lopez (2000), em seu trabalho no qual defende um tratamento arquivístico para as fotografias em arquivos, apresente uma importante análise acerca do clássico estudo de Luciana Duranti<sup>22</sup> relacionando-o com os documentos imagéticos tratados por ele. O autor ressalta que “a diplomática, não se restringe à arquivística, constituindo, desde suas origens, em campo muito vasto” (LOPEZ, 2000, p. 80).

No entanto, “o estudo das séries documentais pela arquivologia necessita [...] da contribuição das observações sobre a natureza dos documentos individualizados, feita pela diplomática” (LOPEZ, 2000, p. 80). E no intuito de explicitar as principais diferenças do enfoque entre as duas áreas, o autor alega que “a diplomática tende a individualizar cada documento, enquanto a arquivística busca a inserção de cada documento em conjuntos mais amplos, definidos pelas atividades que os produziram” (LOPEZ, 2000, p. 80).

Conforme o autor observa no estudo feito por Duranti (1996, *apud* LOPEZ, 2000, p. 82-83) as especificidades encontradas nos documentos podem auxiliar na integração da fotografia como um documento de arquivo, principalmente no momento da contextualização documental. Estas podem ser resumidas em quatro características principais: a imparcialidade; autenticidade; naturalidade e organicidade. Nota que tais particularidades, por sua vez, “privilegiam a contextualização documental em lugar da informação veiculada pelo documento ou de sua utilização posterior” (LOPEZ, 2000, p. 82). Assim,

[...] evidentemente, o documento interessa por seu conteúdo, pelas informações que transmite. Todavia, as notícias que ali são representadas ou descritas requerem, de quem as adequa às capacidades técnicas, que sejam traduzidas em cânones de representação, os quais, por sua vez, podem constituir objeto de análise, sendo esses testemunhos diretos da atividade de documentar. (CARUCCI, 1987, *apud* LOPEZ, 2000, p. 83)

Dessa forma, Lopez (2000) lembra que apesar do campo arquivístico não ocupar-se diretamente das informações presentes no documento, ou seja, do conteúdo documental, como elemento norteador para a organização arquivística não quer dizer que essas informações não sejam levadas em consideração no trabalho com os arquivos. Em suma como aponta o autor é,

[...] através da contextualização do produtor do documento e de sua finalidade institucional, a arquivística acrescentará aos dados extraídos do referido (documento) novas informações que, estas sim, servirão de elemento

---

<sup>22</sup> DURANTI, Luciana. Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia. Trad. Manuel Vázquez. Carmona (Sevilla):S&C, 1996.

norteador não só para a organização do documento, como para sua descrição e acesso (LOPEZ, 2000, p. 84-85).

Neste sentido, é interessante observar que não é uma tarefa do arquivista orientar a organização arquivística pautando-se nas diversas alternativas possíveis de utilizações dos documentos, não apenas pela dificuldade em fazê-lo, mas por se tratar de um procedimento inapropriado. Mesmo porque, assinala o autor, é “impossível prever todas as possibilidades atuais de utilização do documento, quanto mais as futuras!” (LOPEZ, 2000, p. 106).

Uma importante questão levantada pelo autor nesse estudo de que “o aumento na ocorrência de imagens digitais tem ampliado a polêmica em torno do estatuto do documento fotográfico” (LOPEZ, 2000, p. 158). No entanto, o autor lembra que para os profissionais da área de arquivo, a gênese documental (a finalidade da produção do documento) é um fator determinante, logo “as diferenças de características entre a fotografia convencional e a digital não são suficientes para justificar uma diferença de estatuto” (KOSSOY, 1999, apud LOPEZ, 2000, p. 162).

Em artigo sobre o fenômeno da produção de imagens digitais e seu impacto na área das instituições em geral, Mendes (2004) expõe as suas reflexões acerca das modificações ocorridas no decorrer dos anos em relação aos acervos fotográficos brasileiros. Tais mudanças ocorreram tanto no que diz respeito às rotinas de trabalhos dos profissionais que lidam com esses materiais, quanto dos pesquisadores. O objetivo do trabalho é provocar um debate sobre o campo dos acervos fotográficos e as implicações a médio prazo causadas pela contínua (ainda que irregular) presença de aplicações digitais [...] estendendo-se da automatização de sistemas de gerenciamento de acervos ao uso de imagens digitais (MENDES, 2004, p. 12).

É digno de consideração o trabalho de Mendes pelo debate que ele suscitou. Vários autores, de diferentes áreas de pesquisa que tem relação com as imagens fotográficas, debateram seu artigo. Num desses comentários, Camargo (2004) discute o tema das imagens digitais à luz da problemática das fotografias como documentos de arquivo. Um ponto comentado gira em torno da oposição digital/analógico, que vem sendo considerada, segundo a autora, imprópria para dar conta das implicações que as novas tecnologias acarretam para a gestão de acervos documentais.

A autora chama atenção para o universo dos documentos e adverte que, nos documentos de arquivo, “o caráter evidencial não é uma contingência, mas a marca que os distingue dos demais e que deve ser sempre preservada, sob pena de fazê-los perder

sua identidade” (CAMARGO, 2004, p.23). Ou seja, os documentos arquivísticos possuem uma vocação probatória, afinal, “qualquer que seja o gênero, suporte ou formato em que se apresente, o documento de arquivo guarda estreita relação com a atividade que lhe deu origem, formando com ela uma unidade peculiar, de representação [...] ou de equivalência” (CAMARGO, 2004, p.23).

De acordo com a autora, os documentos de arquivo possuem características/propriedades que lhe conferem tal estatuto, destaca ainda, as relações dos documentos entre si no interior do arquivo, ou seja, a contextualização documental que é responsável por conferir um caráter probatório ao documento. Nesse contexto, adverte que em alguns casos essas características essenciais podem não ser encontradas nas fotografias visto que são

[...] produzidas ao longo das atividades de uma instituição, cujo caráter documental repousaria, em princípio, na sua capacidade intrínseca de remissão à realidade ou, como querem alguns, em seu efeito de verossimilhança, que chega a dispensar epígrafes ou legendas. A estabilidade de sentido a que aspiram os documentos probatórios fica, nesse caso, na dependência de operações especiais de identificação. (CAMARGO, 2004, p. 24)

Ainda de acordo com Camargo (2004) se a monossemia e a literalidade são fatores essenciais para que um documento cumpra a sua função de documento de arquivo, as fotografias se apresentariam como documentos de arquivo *sui generis*, diferentes. No entanto, a qualidade probatória mais significativa é a relação orgânica que, segundo autora, é a menos visível. A autora entende como sendo a relação estabelecida entre os documentos “no interior de unidades documentais complexas, [...] que integram o arquivo, que correspondem, por sua vez, às tarefas, atividades e funções da organização que lhes deu origem” (CAMARGO, 2004, p. 24).

Como não podemos assegurar a capacidade probatória dos documentos de arquivo, caso estes não estejam contextualizados em relação às atividades e funções da instituição que o produziu, a autora sinaliza que

É por isso que o conteúdo informacional (necessariamente polissêmico) de textos e imagens fotográficas não tem qualquer importância para as atividades de arranjo e descrição de documentos de arquivo, que devem tomar por base elementos que lhes são exteriores, como as atividades e as funções de que resultaram. As imagens fotográficas, nesse particular, estão em condições de igualdade com os documentos textuais: impõem-se como evidência a partir do vínculo orgânico que mantêm com as partes e com o todo do arquivo. (CAMARGO, 2004, p.24).

Com isso, Camargo (2004) alega que, indiferentemente de todo e qualquer uso que se possa querer fazer de um documento de arquivo, este será descrito e organizado respeitando o contexto em que foi produzido e acumulado.

Murguia e Registro (2005) em seu artigo aborda pontos necessários para a questão do arranjo fotográfico nos arquivos e discute o estatuto documental da fotografia. Os autores indicam dois fatores que, em sua opinião, seriam os problemas fundamentais a serem enfrentados nos trabalhos com fotografias em arquivos e bibliotecas. São eles “a diversidade das suas técnicas, formatos e suportes para a sua guarda, consecução e tratamento; e o problema do conteúdo da imagem fotográfica” (MURGUIA; REGISTRO, 2005, p. 122). No entanto, os autores optaram por tratar apenas da última questão, chegando à conclusão de que seria

[...] necessário o reconhecimento dos diferentes níveis de realidade contidos nesta forma de registro: a realidade denotada na sua superfície e aquela conotada através do processo fotográfico efetivado em um determinado contexto histórico. Igualmente necessária é a sua compreensão como um fragmento ou recorte de determinado aspecto da realidade em um determinado tempo (MURGUIA; REGISTRO, 2005, p. 122).

Embora focado privilegiadamente nos aspectos de significações possíveis da imagem como artefato humano e social, o trabalho discute a questão do tratamento documental desses registros quando advoga ser relevante que se leve em conta “o fato de que as fotografias devam sempre ser consideradas nos seus conjuntos e seqüências, portanto, séries” (MURGUIA; REGISTRO, 2005, p. 124). E, sendo o caso de conjunto fotográfico, “além das mediações temporais, espaciais e culturais, devemos agregar a mediação institucional ou organizacional e a mediação profissional, isto é, as mediações materializadas no arranjo” (MURGUIA; REGISTRO, 2005, p. 124). Não se trata de uma abordagem arquivística da fotografia, mas serve de exemplo para um tipo de análise que busca problematizar a intervenção profissional das várias áreas que lidam com acervos e as consequências dessas intervenções na própria constituição dos conjuntos como fontes disponíveis à pesquisa.

O trabalho de Lacerda (2008) representa uma referência na área de estudos sobre documentos fotográficos em arquivos, já que examina o “estatuto das fotografias como documentos de arquivos, isto é, como suportes de informações de valor documental – informativo e probatório – produzidos e acumulados no cumprimento de funções regidas por atividades de natureza institucional” (LACERDA, 2008, p.14).

Para tanto, a autora realiza um estudo de caso a partir da análise de um arquivo institucional de imagens fotográficas – o arquivo Fundação Rockefeller, depositado na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz - buscando identificar os contextos de produção desses documentos em relação às atividades e funções da vida institucional que os gerou.

No decorrer de seu trabalho, a autora apresenta-nos um quadro retrospectivo a respeito da inclusão dos documentos fotográficos nos arquivos analisando os principais manuais do campo arquivístico, além de expor o histórico acerca da inserção, pelas instituições, do uso das fotografias em suas atividades. Salientando que o uso da fotografia pôde ser identificado em diversas áreas, como por exemplo, na medicina, polícia e saúde pública, e seu ingresso na área da arquivologia pode ser observada no século XX devido, fundamentalmente, ao acúmulo desses registros nas instituições do governo responsáveis por recolher os documentos.

Lacerda (2008) estrutura em um de seus capítulos os questionamentos da arquivística no que diz respeito à fotografia como documento de arquivo, pois, segundo a autora, ainda que o documento fotográfico integre o acervo de instituições públicas e privadas (institucionais e/ou pessoais) não foi muito privilegiado nas discussões da área de arquivo. Em parte, isso se justifica pela forma com que “os registros visuais são produzidos e/ou acumulados nos fundos arquivísticos visto que envolve ações e procedimentos distintos daqueles que caracterizavam a produção de registros escritos.” (LACERDA, 2008, p.77). A autora aponta que

Um exemplo dessa distinção pode ser resumido na afirmação de que fotografias possuem a capacidade de serem produzidas e utilizadas como provas de ações e transações e de forma cotidiana, natural e sistemática por uma instituição pública ou privada, mas, enquanto sustentamos essa capacidade, admitimos também que as formas pelas quais as fotografias são produzidas não obedecem a parâmetros pré-estabelecidos. [...] uma vez produzidas, podem integrar diversas espécies ou tipos documentais, ou serem utilizadas separadamente, de acordo com os objetivos previstos. (LACERDA, 2008, p.77-78).

Como observa a autora essas particularidades presentes no documento fotográfico acabam se tornando justificativa (ao menos em parte) para a aplicação de uma metodologia diferenciada com esse tipo de registro. Na maioria dos casos, os arquivistas ao tratarem as fotografias nas instituições em que atuam acabam reproduzindo “técnicas de tratamento desses registros já consagradas por outra disciplina, a biblioteconomia” (LACERDA, 2008, p. 78). Ou seja, os profissionais buscam nas metodologias consagradas em áreas afins os procedimentos de tratamento

para a fotografia. Ao invés de buscarem produzir uma metodologia que seja do campo arquivístico e dessa maneira, atenda e respeite aos princípios arquivísticos.

Na interpretação da autora, e nós compartilhamos da mesma opinião, é necessário “desenvolver um pensamento próprio sobre a fotografia como documento” (LACERDA, 2008, p. 78) para que não seja eternizada uma metodologia equivocada para esses documentos. Pode-se dizer que o “tratamento isolado de cada fotografia, tendo em vista extrair apenas seu valor informativo, ligado aos fatos visuais que representa, alimenta um círculo vicioso que culmina com a naturalização dessas fontes” (LACERDA, 2008, p. 78), o que é um problema para os arquivistas. Além disso, é necessário ter em mente que os objetos de estudo<sup>23</sup> da área da biblioteconomia e da arquivologia são diferentes e, conseqüentemente, os procedimentos em relação a eles também serão distintos.

Outro tratamento oferecido as fotografias nas instituições de guarda, destaca a autora, são os procedimentos voltados para as questões pertinentes a preservação dos registros fotográficos. A autora reconhece a importância do tratamento técnico sob as fotografias que apresentam-se em um suporte mais delicado e mais vulnerável as mudanças climáticas, entretanto, os procedimentos aplicados na organização arquivística das imagens são os que já encontram-se sistematizados por outras áreas, conforme explicitado anteriormente. (LACERDA, 2008, p. 80).

Dessa forma, os organizadores desses registros fotográficos costumam deslocá-los de seu conjunto original para que sejam feitas as intervenções de conservação. Em outras palavras, aplica-se um tratamento individualizado aos documentos com a intenção de preservá-los. Salientando que entendemos que as fotografias, devido ao seu suporte, necessitam de uma guarda diferenciada para que sejam preservadas e conservadas por mais tempo e da melhor forma possível, apontamos como problemática a extensão da lógica da conservação para de organização, quando se apartam fotografias de fundos arquivísticos sem levar em conta a necessidade de manutenção dos vínculos

---

<sup>23</sup> Nesse contexto, Bellotto (2007, p. 36) apresenta as principais diferenças entre os objetos de estudo entre as duas referidas áreas, afirmando que “a forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem e de seu emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído, que vai determinar sua condição de documento de arquivo, de biblioteca, de centro de documentação ou de museu. As distinções entre essas instituições produzem-se, portanto, a partir da própria maneira pela qual se origina o acervo e também do tipo de documento a ser preservado.” Ressaltando que “os fins, em se tratando de bibliotecas e de museus, serão didáticos, culturais, técnicos ou científicos; e de arquivos, administrativos e jurídicos, passando, a longo prazo, a ‘históricos’. O documento de biblioteca instrui, ensina; o de arquivo, prova.” (BELLOTTO, 2007, p. 36).

desses documentos com o restante do arquivo ao qual pertencem, pois, esses documentos possuem um contexto de produção.

É justamente diante da “dificuldade em contextualizar esses registros de natureza tão peculiar, se comparados aos documentos textuais nos arquivos e da facilidade da substituição do tratamento arquivístico pelo tratamento de conservação, dada a fragilidade de seu suporte, se comparado, mais uma vez, à estabilidade do papel” (LACERDA, 2008, p.81), que esses registros passaram a ser chamados de “documentos especiais”<sup>24</sup>.

A autora estabeleceu um diálogo com outros trabalhos que de alguma forma abordavam as questões acerca da presença de fotografias nos arquivos no intuito de contribuir e/ou embasar a idéia de que a fotografia deve ser analisada levando-se em consideração o seu contexto de produção. Uma das vertentes observadas por Lacerda é a teoria diplomática, que emprega a sua perspectiva teórica e metodológica aos documentos contemporâneos. Enfatiza que

Para a área dos arquivos, a valorização da Diplomática como quadro conceitual e metodológico voltado ao questionamento das formas documentais e de sua relação com a gênese documental no intuito de estabelecer sua autenticidade e valor, representa um grande avanço para a disciplina arquivística. (LACERDA, 2008, p. 79)

O método da análise diplomática resumidamente busca “estudar a estrutura formal dos documentos oficiais (governamentais e notariais), procurando compreender as características internas de cada documento responsáveis pela produção de sua validade jurídica e relacioná-las aos procedimentos de sua geração” (PAZIN, 2005, *apud* LACERDA, 2008, p. 82). Nesse sentido a autora salienta que

embora não totalmente aplicável aos documentos fotográficos – já que estes não possuem estrutura formal nem caráter oficial no sentido estrito do termo. [...] a Diplomática fornece alguns pontos para reflexão sobre o documento fotográfico e a pertinência de buscar a sua autenticidade documental. (LACERDA, 2008, p. 82)

Um aspecto fundamental que se coloca neste trabalho é o deslocamento de olhar em direção ao entendimento do contexto de produção documental no qual as imagens em um arquivo apareceram, e não mais a super valorização da informação factual

---

<sup>24</sup> Lacerda afirma que “o termo ‘documentos especiais’ ou ‘arquivos especiais’, cunhado para representar os documentos fotográficos, sonoros e audiovisuais, foi fartamente empregado na literatura arquivística e ainda hoje é utilizado nos meios profissionais que lidam com esses materiais em arquivos ou coleções.” (LACERDA, 2008, p. 81).

presente no documento fotográfico, forma mais tradicional de leitura desse registro. Conforme Lacerda (2008) observa em seu trabalho,

Essa nova postura em relação ao documento fotográfico procura enfatizar o valor probatório da fotografia, sua autenticidade, associada a seu contexto funcional e de produção documental, deslocando o valor informativo baseado em seu conteúdo para um lugar secundário no debate sobre o seu caráter documental. (LACERDA, 2008, p. 87).

Sem dúvida, a aplicabilidade de tal postura em relação a fotografia é essencial, uma vez que esses registros, na maioria dos casos, mantêm uma trajetória de criação diferentemente de sua utilização, em outras palavras, “criam-se imagens, de um lado, e utilizam-nas, de outro, sem que se consiga sempre uma conexão evidente entre esses dois momentos.”(LACERDA, 2008, p. 107). Além disso, os documentos fotográficos não apresentam formas e trâmites semelhantes aos documentos tradicionais. E por isso a autora adverte que as fotografias são

Registros polissêmicos por natureza, fotografias são criadas e podem ser, posteriormente reutilizadas em outras situações de comunicação e em outros veículos, ou suportes informacionais, criando, assim, pelo novo uso, um novo documento. Esse é o principal aspecto de diferenciação entre documentos de comunicação visual e documentos tradicionais de comunicação textual. (LACERDA, 2008, p. 107-108).

Do exposto, nota-se que o estudo de Lacerda (2008) buscou tratar da problemática que envolve a presença da fotografia nos arquivos e com isso a autora procurou auxiliar nos debates acerca do assunto, além de apontar algumas sugestões de direcionamento que podem ser utilizados pelos profissionais, tanto, no que diz respeito, a organização arquivística quanto ao tratamento documental.

Em outro trabalho, Lacerda (2009) examina o procedimento metodológico aplicado na organização do arquivo pessoal de Carlos Chagas<sup>25</sup> custodiado pela Casa de Oswaldo Cruz - COC da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, tendo como foco a classificação das fotografias integrantes desse acervo. Nesse estudo, a autora discute o problema de classificar as fotografias visando recontextualizá-las no que seria a lógica de sua produção levando em conta a especificidade de acumulação de arquivos pessoais. Além disso, também verifica “os processos de produção de sentido embutidos na metodologia de classificação desses documentos.” (LACERDA, 2009, p. 115).

A autora reflete sobre os métodos de organização empregados neste arquivo que

---

<sup>25</sup> Carlos Ribeiro Justiniano Chagas, conhecido como Carlos Chagas (1878-1934), foi médico sanitário, atuante na saúde pública do Brasil. Iniciou a sua carreira no estudo e combate à malária e foi o responsável por descobrir o protozoário (*Trypanosoma cruzi* – cujo nome foi uma homenagem ao seu amigo Oswaldo Cruz) e a tripanossomíase americana, conhecida como doença de Chagas. Informações disponíveis em: <http://icaatom.coc.fiocruz.br/index.php/carlos-ribeiro-justiniano-chagas;isaar>. Acesso em: 06 outubro de 2013.

baseia-se nas funções e atividades exercidas pelos cientistas e não mais por temas [...] tal método – baseado exclusivamente no modelo funcional – preconiza também a integração de todos os documentos, independentemente se seu gênero ou tipo, na fase de organização, não existindo mais o tratamento específico por suporte documental, tão comumente aplicado ao material iconográfico integrante da maioria dos arquivos. (LACERDA, 2009, p. 117).

É interessante notar que esta metodologia não separa as fotografias do restante do acervo, isto é, a mesma organização arquivística proporcionada aos documentos textuais foi ministrada nos documentos fotográficos, num movimento contrário ao tradicional enfoque encontrado na maioria dos acervos desse tipo.

Uma questão levantada pela autora foi a dificuldade de se perceber a função original (razão pela qual foi criado) das fotografias no conjunto documental. Observa que é um desafio a tarefa de identificar o motivo pelo qual um determinado documento fotográfico foi criado num contexto de arquivos pessoais. Os documentos considerados tradicionais (textuais) normalmente trazem mais informações de contexto do que as imagens. Essas “não são auto-explicativos de suas funções, pois não foram produzidas com base em procedimentos controlados e de acordo com regulamentação oficial ou preocupação legal.” (LACERDA, 2009, p. 121). E por isso, explica que cabe ao responsável pela organização documental esforçar-se por informações que forneçam subsídios para a compreensão do contexto de produção dos documentos fotográficos.

Lacerda (2008, p. 124) observa que buscar a contextualização documental nos arquivos é um procedimento que deveria ser seguido na organização de qualquer acervo. Afinal, tal metodologia excede as questões dos conteúdos das imagens e dos documentos de uma forma geral, e concentra as suas forças no conhecimento dos motivos e circunstâncias da sua produção, além do sentido de sua produção. Somente com a prática metodológica e com reflexão teórica é que será possível à arquivística elaborar formas de organização de imagens dentro dos preceitos da disciplina.

Outra iniciativa relativa a experiência na organização de registros fotográficos é o trabalho de Lopez e Borges (2009). Os autores elaboraram um artigo no intuito de relatar a organização dos documentos fotográficos referentes ao decanato de ensino de graduação presentes no acervo do Centro de Documentação – Cedoc - da Universidade de Brasília, sendo esta uma tentativa de adequar o tratamento desse acervo às diretrizes teórico-metodológicas da arquivologia.

Tendo conhecimento da prática comum empregada nas organizações dos acervos fotográficos, isto é, a tendência da valorização do conteúdo visual em detrimento do

contexto de produção dos documentos fotográficos, os autores puderam notar que tal prática prevalece e afirmaram que “o sistema configura-se de maneira a privilegiar o conteúdo das imagens, ao contrário do que se espera de um arquivo, onde o contexto arquivístico deveria ser ponto primordial para a organização e descrição das fotografias” (LOPEZ; BORGES, 2009, p. 160).

É interessante observar que os autores compartilham da opinião de que é uma tarefa imprescindível da organização arquivística ser capaz de restaurar a conjuntura de produção dos documentos, sendo imagéticos ou não. No entanto, os autores apresentam questionamentos acerca da descrição arquivística<sup>26</sup> desses registros, ou seja, como proceder, respeitando as exigências internacionais, conciliando com as especificidades dos documentos fotográficos, indo um pouco mais além na discussão metodológica dos documentos fotográficos em arquivos ao abordar a função de descrição e como ela se aplica, e com quais problemas, aos referidos registros.

O procedimento de descrição utilizado no local observado pelo estudo não difere dos tratamentos oferecidos à maioria dos acervos. Nas palavras dos autores, “o Cedoc utiliza uma descrição detalhada dos conteúdos fotográficos, isolando os documentos do contexto em que foram criados” (LOPEZ; BORGES, 2009, p. 175). E por isso, os autores identificaram que os procedimentos empregados para o tratamento das fotografias não é eficaz no que diz respeito à recuperação das informações arquivísticas, como organicidade, por exemplo.

Observando os diferentes trabalhos aqui expostos, percebemos através de seus trabalhos, a tentativa de alguns profissionais da área para que as fotografias sejam percebidas enquanto documentos de arquivo e que recebam tratamento adequado. Estes aspectos necessitam de discussões, estudos, e empenho por parte dos profissionais interessados em que a tarefa do arquivista e os princípios arquivísticos sejam respeitados.

---

<sup>26</sup> Ressaltamos que esta não é a temática principal deste trabalho, mas, entendemos que trata-se de um assunto de grande importância para área e por isso cabe apontar que existe tal problemática no campo da arquivística. Nesta temática ver: SILVA, Maria de Lourdes Vasques. Descrição de documentos fotográficos: aspectos teórico-metodológicos e modelo de aplicação. Rio de Janeiro: MPGICS/ENSP/Fiocruz, 2005.

## 5 CONCLUSÕES

Esta monografia teve como principal objetivo apresentar a discussão teórico/metodológica referente à fotografia nos principais trabalhos publicados no campo da arquivística. O objeto de nosso estudo foi o documento fotográfico presente nos arquivos. Ao procurarmos problematizar as mudanças ocorridas na trajetória da fotografia documental e os usos que dela foram feitas pela sociedade, lidamos com questões de ordem histórica, técnica e estética.

Partimos do pressuposto de que as fotografias presentes nas diferentes instituições são uma realidade e, apesar de não se enquadrarem nos documentos tipicamente de arquivo, guardam com eles vínculos de produção e/ou acumulação. Afinal, não serão os tipos documentais ou os suportes os responsáveis por definirem a sua condição de documento perante a sua instituição de guarda, mas sim a função/razão pela qual o documento foi produzido e/ou acumulado.

A partir da revisão teórica da literatura e das revistas pesquisadas, identificamos a existência de uma linha de desenvolvimento de idéias sobre as fotografias em arquivos. Observamos nos trabalhos analisados, de uma forma geral, que os autores não investiram em reflexões teóricas e metodológicas voltadas para a fotografia. Na verdade, habituaram-se a tratar os registros fotográficos utilizando metodologias concebidas por outras disciplinas, principalmente pela área da biblioteconomia.

Dessa forma, tradicionalmente a fotografia é considerada como item de coleção e por isso mesmo sempre recebeu tratamento individualizado. Assim, esse tratamento oferecido as fotografias acabam, por muito tempo, não sendo alvo de questionamentos. Entretanto tal prática acaba indo de encontro aos princípios arquivísticos, uma vez que a conservação dos vínculos documentais é inviável neste tipo de metodologia empregada. Advertindo que quando realmente se trata de uma coleção fotográfica, o emprego da técnica biblioteconômica é legítimo. O problema são os inúmeros fundos de arquivos que tem suas fotos tratadas separadamente, sob o mesmo raciocínio. Esse procedimento equivocado empregado na organização das fotografias em arquivos comumente é realizado tendo em vista a supervalorização do valor informativo do conteúdo da imagem.

É necessário apontar que encontramos trabalhos na área que se dedicaram a discutir os procedimentos de conservação e preservação da fotografia e que não consideramos que tais inquietações sejam menos importantes, afinal, os documentos

fotográficos são fixados em suportes mais frágeis à ação do tempo e das circunstâncias de armazenamento e estes necessitam de um tratamento diferenciado para que sejam preservados. Apenas consideramos que esta questão não esgota todo o problema de tratamento técnico da imagem fotográfica, que precisa também ser pensada do ponto de vista de sua identificação, classificação, descrição, indexação, etc.

Conseguimos observar que os trabalhos analisados encaixam-se em três grupos principais de enfoques. De um lado, artigos que abordam a fotografia em arquivos, entretanto, do ponto de vista de fontes/ilustração para o estudo de diversas temáticas. De outro lado, artigos que discutem o documento fotográfico como objeto de preservação nas instituições. Por último, análises da fotografia tendo como perspectiva várias temáticas arquivísticas. Embora mais recentemente alguns trabalhos, como Lopez (2000) e Lacerda (2008) já tenham dado início a uma análise das fotografias a partir do campo da arquivologia, não podemos considerar essa abordagem como um padrão na área, que se ressentida da falta de mais estudos sistematizados.

Como resultado de nossa pesquisa nas revistas, foram analisadas trinta e um títulos de revistas, no entanto, foram utilizados nesse trabalho doze títulos diferentes, totalizando quinhentos e trinta e seis volumes. Nestes, foram identificados sessenta e oito artigos que apresentam uma temática sobre fotografias. Dentre tais artigos, foi possível delimitar a existência de três grupos de enfoques principais em relação à fotografia: o primeiro, que aborda a fotografia como documento de arquivo; o segundo, que tem como foco aspectos relacionado à área de preservação e conservação; o terceiro, que apresenta uma abordagem sobre esses documentos enquanto fonte histórica/pesquisa. Em termos quantitativos, o primeiro grupo corresponde a um número de dez artigos, enquanto o segundo apresenta oito trabalhos e, finalmente o terceiro, cinquenta, o que é significativo para exemplificar a falta de trabalhos com enfoque arquivístico para as fotografias.

De acordo com esses resultados, é possível observar o baixo número de estudos que tem como tema os acervos fotográficos, se comparado com o total de artigos. E dentre os existentes, há um amplo predomínio de escritos que se detém sobre o papel desses registros como fontes de pesquisa para a história e outras disciplinas.

Outro ponto a ser destacado diz respeito aos discursos contemporâneos na área do documento fotográfico, que acompanham a utilização da tecnologia na produção, organização, guarda e preservação e se inserem em um amplo contexto de informatização da sociedade. É indiscutível que as câmeras digitais aumentaram

consideravelmente o número de fotografias nos acervos, além de inserir nesse contexto um novo suporte. Tais mudanças apresentam-se como um novo desafio para os arquivistas que precisam lidar com essas novas transformações documentais nas instituições de guarda, uma vez que essas mudanças se refletem nas diferentes inflexões da fotografia documental. No entanto, com as ressalvas necessárias, entendemos que se forem aplicados os conceitos existentes na área no tratamento desses documentos em novos suportes as dificuldades serão amenizadas.

Por fim, espera-se que esse trabalho possa auxiliar na discussão e reflexão do campo arquivístico acerca da problemática das fotografias existentes nos acervos das instituições. Entendemos que os registros fotográficos estão carregados, tanto de elementos estéticos quanto documentais, porém em intensidades diferentes e, o mais importante, em acervos distintos. Não pretendemos de forma alguma desvalorizar a fotografia como arte ou como recurso ilustrativo/visual, no entanto, consideramos ser de grande importância o tratamento arquivístico adequado ao documento fotográfico quando este se encontra no interior dos arquivos.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Novas fontes para o estudo do século XIX: o acervo fotográfico da Biblioteca Nacional e o projeto de conservação e preservação PROFOTO. In: **Acervo- Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 133-144, jan.-dez. 1993.
- BARTLETT, Nancy. Diplomatics for photographic images: academic exoticism? **The American Archivist**, vol. 59, p486-494, fall 1996.
- BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 4ªed., 2007.
- BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LEME, Paulo de Tarso R. Dias Paes. Documentação especial em arquivos públicos. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 51-59, jan./jun.1986.
- BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário oficial [da] República do Brasil, Brasília, DF, 8 jan. 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm). Acesso em: 04 ago. 2013.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A fotografia como documento de arquivo. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Universidade de São Paulo, n.12, v.12, p.23-25, jan./dez. 2004.
- CARVALHO, Vânia Carneiro; LIMA, Solange Ferraz. Fotografias como objeto de coleção e de conhecimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.32, p. 15-34, 2000.
- CASSARES, Norma Cianflone. Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. .2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2002 – (Projeto Como fazer, 5).
- CORBIN, Alain, “Os bastidores”, **História da Vida Privada**, Vol. 4, Porto, Ed. Afrontamento, 1990.
- DELMAS, Bruno. **Donner à l’image et au son le statut de l’écrit**. Pour une critique diplomatique des documents audiovisuels. Bibliothèque de l’École des chartes, t. 161, 2003, p. 553-601.
- DIRECTION des Archives de France. **Manuel d’Archivistique**. Théorie et pratique des archives publiques em France. Ouvrage elabore par L’Association des Archivistes Français. Paris: Archives Nationales, 1991 (originalmente publicado em 1970).
- DURANTI, Luciana. Diplomática: usos nuevos para uma antiga ciência. Trad. Manuel Vázquez. Carmona (Sevilla):S&C, 1996.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FUNARTE. **Arquivo fotográfico**: estudo preliminar. Rio de Janeiro: Funarte, 1982. 129p.

FUNARTE-IBAC; et al. **Manual de catalogação de documentos fotográficos**: versão preliminar. Rio de Janeiro: Funarte-IBAC; Fundação Biblioteca Nacional; Museu Histórico Nacional; Museu Imperial de Petrópolis; CPDOC-FGV, 1993.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1980

GOLDBERG, Vicki. *The power of photography. How photographys changed our lives*. New York: Abbeville Press, 1991.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **La fotografía y los archivos**. In: FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA. *Jornadas Archivísticas*, 2, 1993, Palos de la Frontera. *La fotografía como fuente de información*. Huelva: Diputación Provincial, 1993.

JARDIM, José Maria. **A produção de conhecimento arquivístico**: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). *Ci. Inf.* [online], 1998, v.27, n.3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a01.pdf> Acesso em: 05 out. 2013.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**: A reissue of the revised second edition with an introduction and bibliography by Roger H. Ellis. London: Percy Lund, Humphries & Co.Ltd., 1966. Obra originalmente publicada em 1922.

LACERDA, Aline Lopes de. Os sentidos da imagem: fotografias em arquivos pessoais. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 41-54, jan-dez 1993.

\_\_\_\_\_. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Fotografia e valor documentário: o arquivo de Carlos Chagas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 115-138, jul. 2009.

LIMA, Solange Ferraz de ; CARVALHO, Vania Carneiro de ; FILIPPI, P. **Como tratar coleções fotográficas**. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2002 – (Projeto Como fazer, 4).

LOBO, Lúcia Lahmeyer. Avaliação e seleção de fotografias. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, ns.10-14, p. 34- 40, abr 1982/ ago 1986.

LOBO, Lúcia Lahmeyer; BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LISSOVSKY, Maurício. A fotografia como fonte histórica: a experiência do Cpdoc. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 30-52, jan-jun. 1987.

LOPEZ, André Porto Ancona. Organização de arquivos de documentos imagéticos. In: **História**, São Paulo, 16, p.279-196, 1997.

\_\_\_\_\_. **As razões e os sentidos:** finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Imagens e Documentos Fotográficos em arquivos. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 59-71, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_; BORGES, Leandro de Melo. Uma visão arquivística sobre os documentos fotográficos referentes ao decanato de ensino de graduação presentes no acervo do Centro de Documentação de Brasília. In: **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.38, n.3, p.160-176, set/dez, 2009.

**Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos.** Preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1973.

MARCONDES, Marli. Conservação e Preservação de Coleções Fotográficas. In: **Revista Histórica**, n.1, ano 1, abr.2005. Disponível em: <[www.historica.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br)>. Acesso em 02 out. 2013.

MENDES, Ricardo. O futuro do presente: acervos fotográficos diante do horizonte digital. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Universidade de São Paulo, n.12, v.12, p.11-21, jan./dez. 2004.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 121-132, jan-dez 1993.

MONDENARD, Anne de. Des documents d'une apparente objectivité. In: **Photographier l'architecture 1851-1920**. Colléction du Musée des Monuments Français. Paris: Editions de la reunion des Musées Nationaux, 1994.

MURGUIA, Eduardo Ismael; REGISTRO, Tânia Cristina. O arranjo arquivístico como escrita uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. **Páginas Arquivos e Bibliotecas**. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2005, n.16, p. 115-134.

PAES, Marilena Leite; MARQUES, Heloisa Helena Riani. Arquivos Fotográficos. In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v.2, n.5, p. 17-19, 1977.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea.** /André Rouillé; Tradução Constancia Egrijas. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2009.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006 (6ª ed.).

SCHWARTZ, Joan M. "Records of Simple Truth and Precision": Photography, Archives, and the Illusion of Control Journal. **Archivaria. The Journal of the Association of Canadian Archivists**, n. 50, p. 01-39, fall 2000.

\_\_\_\_\_. We make our tools and our tools make us: lessons from photographs for the practice, politics and poetics of Diplomats. **Archivaria. The Journal of the Association of Canadian Archivists**, n. 40, p. 40-74, fall 1995.

SILVA, Maria de Lourdes Vasques. **Descrição de documentos fotográficos: aspectos teórico-metodológicos e modelo de aplicação**. Rio de Janeiro: MPGICS/ENSP/Fiocruz, 2005.

SONTAG, Susan. Sobre Fotografia. Trad. Rubens Figueiredo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004. 223p.

ZÚNIGA, Solange Sette. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. In: **Revista Registro**, São Paulo, Ano I, n.1, 72, jul.2002.

## ANEXOS

**Anexo A** – Lista de todas as Revistas identificadas e pesquisadas

Arquivística. Net – (RJ);

Arquivo & História - - Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – (RJ);

DataGramZero - Instituto de Adaptação e Inserção na Sociedade de Informação - IASI – (RJ)

Revista Acervo – Revista do Arquivo Nacional – (RJ);

Revista Acesso Livre – (RJ);

Revista AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – (RJ);

Revista Arquivo & Administração – AAB – (RJ);

Revista Estudos Históricos - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – (RJ);

InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo -FFCLRP/USP – (SP);

Revista do Arquivo – Arquivo Público Histórico Rio Claro – (SP);

Revista do Arquivo Municipal – São Paulo – (SP);

Revista Histórica – São Paulo – (SP); e Revista Histórica – Revista online do Arquivo Público do estado de São Paulo – (SP);

Revista Museu – Arquivo Público de Uberaba – (SP);

REVISTA REGISTRO –Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba – SP – Fundação Pró-memória de Indaiatuba – (SP);

Transinformação - PUC-Campinas – (SP);

Perspectivas em Ciência da Informação  
É uma publicação quadrimestral da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais -ECI/UFMG –(MG);

Revista do Arquivo Público Mineiro – História e Arquivística – (MG);

Revista História da Historiografia do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana – (MG);

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – (ES);

História Administrativa do Paraná - Arquivo Público do Paraná- (PR);

Informação & Informação - Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina –UEL – (PR);

ÁGORA - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC – (SC)

Arquivo Histórico de Balneário Camboriú – (SC);

Encontros Bibli - Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina - CIN/UFSC –(SC)

Em Questão - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FABICO/UFRGS – (RS);

Revista Cenário Arquivístico - Associação Brasileira de Arquivologia – ABARQ (DF);

Revista Ciência da Informação - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – (DF);

Informação & Sociedade: Estudos - publicar, sistematicamente, os resumos das dissertações aprovadas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba -PPGCI/UFPB – (PB);

PontodeAcesso - é uma publicação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia - ICI/UFBA – (BA);

Revista Eletrônica Documento Monumento da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT – (MT);

Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará – Ciência e Tecnologia – (CE);

**Anexo B** - Lista de todos artigos encontrados nas revistas pesquisadas

ALMEIDA, Nelson Martins de. Retratos de Araras antiga. In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, v.155, dez. 1952.

ALVES, Márcia; DALTÉRIO, Rosely Aparecida. Imagem fotográfica da cidade: a memória iconográfica em perspectiva. In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, v.204, p. 107-118, 2006.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Novas fontes para o estudo do século XIX: o acervo fotográfico da Biblioteca Nacional e o projeto de conservação e preservação PROFOTO. In: **Acervo- Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 133-144, jan.-dez. 1993.

ARRUDA, Beatriz Cavalcanti de. Imagens de uma época: Álbum da Escola Normal (1908). In: **Revista Histórica**, São Paulo: Editora Arquivo do Estado, ano 2, n. 3, p. 57-60, abr. 2001.

BASTOS, Maria Teresa Ferreira. Imagens secretas: Fotografias da Polícia no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. In: **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.4, p.31-50, 2010.

BORGES, Maria Eliza Linhares; GOMES, Paulo Augusto. Linguagens visuais. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Arquivo público Mineiro, Belo Horizonte, v. 45, n.1, p. 22-25, jan.-jun. 2009.

BOTÃO, Victor Rodrigues; SOUZA, Rosali Fernandez. Recuperação de Imagens e normalização arquivística. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p.93-108, jan.-jun. 2013.

BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LEME, Paulo de Tarso R. Dias Paes. Documentação especial em arquivos públicos. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 51-59, jan./jun.1986.

BRUNO, Ernani da Silva. Retrato da cidade e sua gente há cinqüenta anos. . In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo** - Edição comemorativa de 50 anos de publicação da Revista (1934-1984), São Paulo, v.197, 1985.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.15-23, 1994.

CARVALHO, Vânia Carneiro. A Plasticidade Urbana As representações da cidade de São Paulo nas fotografias de 1950. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 111-120, jan-dez 1993.

COSTA, Helouise. Da Fotografia e Imprensa ao Fotojornalismo. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 75-86, jan-dez 1993.

DUARTE, Benedito J; HIRATA, Jorge. Ensaio fotográfico. In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo** - Edição comemorativa de 50 anos de publicação da Revista (1934-1984), São Paulo, v.197, 1985.

ESSUS, Ana Maria Mauad de Souza Andrade. O Olho da História Análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 25-41, jan-dez 1993.

FIGUEIRA, Rodrigo Minelli. O audiovisual contemporâneo em Minas Gerais. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Arquivo público Mineiro, Belo Horizonte, v. 45, n.1, p. 84-89, jan.-jun. 2009.

GONÇALVES, Adilson José. A Ditadura das Imagens. In: **Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n.14, set.2006.

KHOURY, Yara Aun. Documentos orais e visuais: organizado e usos coletivo. In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, v.200, 1992.

KOSSOY, Boris. A Fotografia Além da Corte Expansão da fotografia no Brasil Império. . In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p. 109-123, jan-jun 2009.

\_\_\_\_\_. Estética, Memória e Ideologia Fotográficas Decifrando a realidade interior das imagens do passado. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 13-24, jan-dez 1993.

LACERDA, Aline Lopes de. Os sentidos da imagem: fotografias em arquivos pessoais. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 41-54, jan-dez 1993.

\_\_\_\_\_. Arquivística e documentos fotográfico: origens de uma relação. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, jul./dez. 2011.

LACERDA, Janaína. Instrumentos científicos como fonte para a história da ciência: uma história possível. In: **Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n.13, ago.2006.

LIMA, Solange Ferraz. Espaços Projetos As representações da cidade de São Paulo nos álbuns fotográficos do início do século. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 99-110, jan-dez 1993.

LISSOVSKY, Maurício. O Dedo e a Orelha Ascensão e queda nos tempos digitais. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 55-74, jan-dez 1993.

LOBO, Lúcia Lahmeyer. Avaliação e seleção de fotografias. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, ns.10-14, p. 34- 40, abr 1982/ ago 1986.

LOBO, Lúcia Lahmeyer; BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LISSOVSKY, Maurício. A fotografia como fonte histórica: a experiência do Cpdoc. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 30-52, jan-jun. 1987.

LOPEZ, André Porto Ancona. Imagens e Documentos Fotográficos em arquivos. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 59-71, jan./jun. 2009.

LOURENÇO, P. Gaspar. Fotografias antigas de São Paulo antigo, Do Arquivo da Seção de Iconografia do Departamento de Cultura. In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, jan./jun 1968.

LOUZADA, Silvana. Fotografia e modernidade – a imprensa carioca na primeira metade do século XX. In: **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.4, p.67-80, 2010.

MAGALHÃES, Fernanda Torres. Montagem da Cena Fotografada. In: **Revista Histórica**, São Paulo: Editora Arquivo do Estado, n.11, p. 46-49, jun/jul/ago 2003.

MAINANDI, Renê. Memória Imagética. In: **Revista do Arquivo**, Rio Claro n.8, Nov.2008.

MALAN, Nancy. Resenha Bibliográfica: Bibliografia em língua inglesa, sobre arranjo, descrição e preservação de material fotográfico, compilada por Nancy E. Malan, In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v.2, n.5, p. 26-27, 1977.

MARCONDES, Marli. Conservação e Preservação de Coleções Fotográficas. In: **Revista Histórica**, ano 1, n.1, abr.2005.

MASCARO, Cristiano. Caderno de fotografias de São Paulo. In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, v. 203,p.65, 2004.

MENDES, José de Castro. Retratos da velha Campinas. In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, v. 203,p.65, 2004.

MORAES, Joseano Moncaio. Uma aventura iconográfica: piratas a procura de um tesouro perdido. In: **Revista do Arquivo**, Rio Claro, n.6, p. 37- 40, out. 2010.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 121-132, jan-dez 1993.

NEVES, Marta Eloísa Melgaço; FURTADO, Elisa Cardoso. Um acervo fotográfico. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Arquivo público Mineiro, Belo Horizonte, v. 45, n.1, p. 130-137, jan.-jun. 2007.

OLIVEIRA, Camillo Jorge Santos; BATISTA, Natália Cosse; ARAÚJO, Arnaldo de Albuquerque. Revelando velhas imagens. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Arquivo público Mineiro, Belo Horizonte, v. 42, n.1, p. 134-145, jan.-jun. 2006.

OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. Fotorjornalismo Subversivo 1968 revisto pelas lentes do Correio da Manhã. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.11, n.1-2, p. 117-136, jan-dez 1998.

OLIVEIRA, Márcia Ribeiro. A Memória Fotográfica de São Paulo em Processo de Informatização. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 145-154, jan-dez 1993.

PAES, Marilena Leite; MARQUES, Heloisa Helena Riani. Arquivos Fotográficos. In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v.2, n.5, p. 17-19, 1977.

PALMA, Daniela. Do registro à sedução: os primeiros tempos da fotografia na publicidade brasileira. In: **Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n.1, abr.2005.

PEROSA, Lilian. Arquivos Especiais: O papel da Imagem e som na construção da História. In: **Revista Histórica**, São Paulo: Editora Arquivo do Estado, ano 3, n. 4, p. 14-18, jul. 2001.

SANTOS, Gilvan Rodrigues dos. Informatização de acervos fotográficos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Arquivo público Mineiro, Belo Horizonte, v. 43, n.1, p. 148-161, jan.-jun. 2007.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Os Olhos da Polícia nos Papéis do Arquivo. In: **Revista Histórica**, São Paulo: Editora Arquivo do Estado, ano 2, n. 3, p. 54-56, abr. 2001.

SEGALA, Lygia. O Clique francês do Brasil A fotografia de Marcel Gautherot. . In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p. 119-132, jan-jun 2010.

SILVA, Edith Maria. O Arquivo Municipal e a restauração e preservação de documentos. In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, v.193, jan. dez 1979.

SILVA, Maria Leonilda R. da. A Imagem na Arquivologia e na História. In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 47-55, 1998.

TURAZZI, Maria Inez. Imagens da Cidade Colonial nas Imagens do Século XIX O Rio de Janeiro na Brasil Pittoresco. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 87-98, jan-dez 1993.

VASQUEZ, Pedro. Três Mestres da Fotografia Brasileira no Século XIX. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 03-12, jan-dez 1993.

VENÂNCIO, Renato Pinto; ARAÚJO, Maria Marta. A força das imagens. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Arquivo público Mineiro, Belo Horizonte, v. 45, n.1, p. 8-9, jan.-jun. 2009.

ZÚNIGA, Solange Sette. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. In: **Revista Registro**, São Paulo, Ano I, n.1, 72, jul.2002.

\_\_\_\_\_. Centro de Conservação e Preservação Fotográfica. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 155-162, jan-dez 1993.